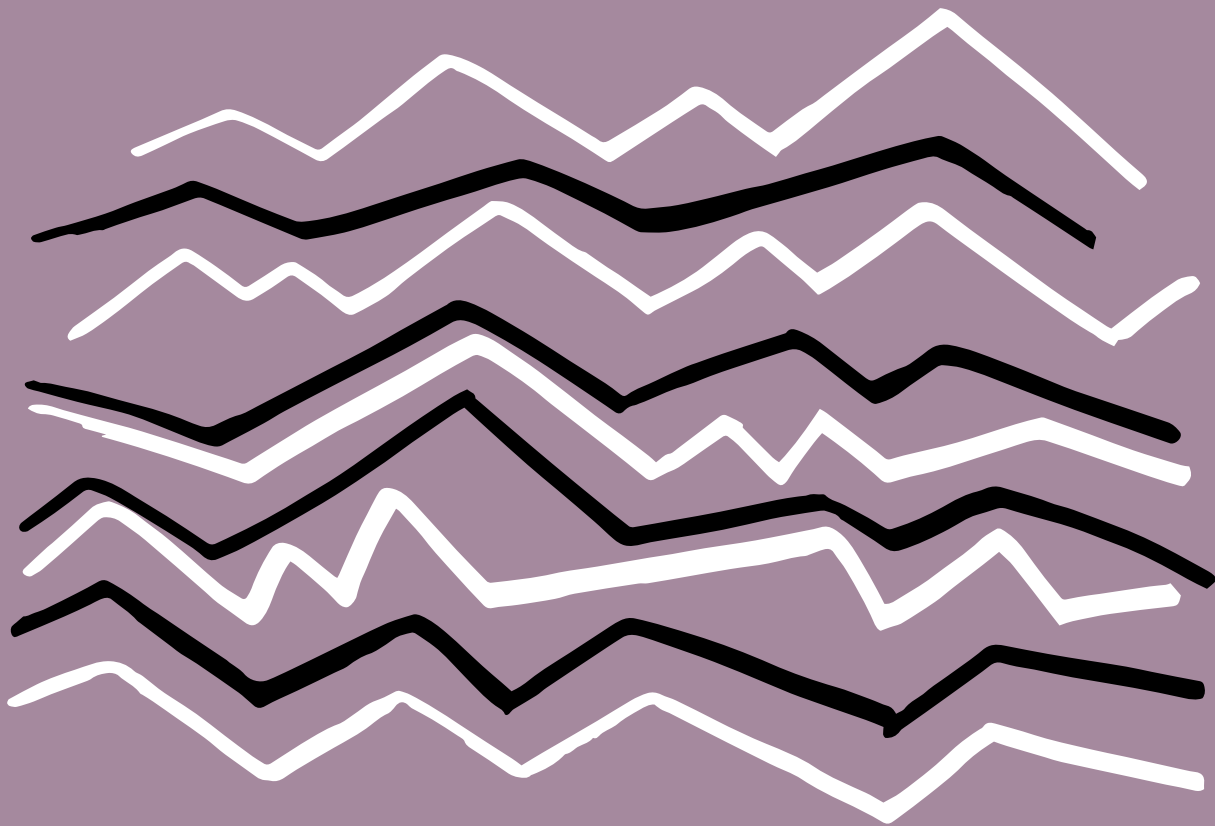


A OPINIÃO PÚBLICA E A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PORTUGUESA



A OPINIÃO PÚBLICA E A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PORTUGUESA

FINANCIADOR



PARCERIA



TÍTULO

A opinião pública e a cooperação para o desenvolvimento portuguesa

AUTORES

João Lourenço Marques, UAveiro

Maria Cristina Gomes, UAveiro

Monique Borges, UAveiro

Carlos Sangreman, CEsa/ISEG/ULisboa

Ana Filipa Oliveira, ACEP

Fátima Proença, ACEP

Maria Hermínia Cabral, Fundação C. Gulbenkian

Plataforma Portuguesa das ONGD

SONDAGEM DE OPINIÃO

Aximage

COORDENAÇÃO

ACEP

CAPA E CRIAÇÃO GRÁFICA

Ana Grave

PAGINAÇÃO

Mariana Areosa

IMPRESSÃO

GUIDE Artes Gráficas

DATA

2024

ISBN

978-989-8625-35-9

DEPÓSITO LEGAL

542924/25

Esta publicação foi elaborada com o apoio do Camões, I. P. O conteúdo do mesmo é da responsabilidade exclusiva dos autores e das organizações parceiras, e em nenhum caso pode considerar-se como reflectindo o ponto de vista do financiador.

ÍNDICE

5 /	A OPINIÃO PÚBLICA PORTUGUESA: CONHECER PARA AGIR MELHOR	46 /	3.3. APROFUNDAMENTO DO PERFIL DE RESPONDENTES
		51 /	3.4. TESTES DE HIPÓTESES
15 /	INQUÉRITO À OPINIÃO, AVALIAÇÃO E ATITUDES DA POPULAÇÃO PORTUGUESA EM RELAÇÃO À COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	55 /	4. CONCLUSÕES DO ESTUDO E RECOMENDAÇÕES
		59 /	OUTROS CONTRIBUTOS
17 /	1. INTRODUÇÃO		
17 /	1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETIVOS DO ESTUDO	67 /	ANEXOS
20 /	1.2. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO		
22 /	2. METODOLOGIA		
22 /	2.1. PROCEDIMENTOS DE AMOSTRAGEM E FONTES DE DADOS		
24 /	2.2. MÉTODOS E TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE DE DADOS		
25 /	3. ANÁLISE DOS DADOS		
25 /	3.1. CARATERIZAÇÃO DA AMOSTRA		
30 /	3.2. COMPORTAMENTOS E ATITUDES FACE À COOPERAÇÃO: ANÁLISE DAS OPINIÕES		

ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

CID Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

EUA Estados Unidos da América

IPAD Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

ODM Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG Organização não governamental

PALOP Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PMD Países Menos Desenvolvidos

UE União Europeia

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

A OPINIÃO PÚBLICA PORTUGUESA: CONHECER PARA AGIR MELHOR

Ana Filipa Oliveira e Fátima Proença (ACEP)

Quase 20 anos após a primeira sondagem à opinião pública face ao papel da Cooperação para o Desenvolvimento, em particular da Cooperação Portuguesa¹, encetámos um novo estudo para conhecer o que pensa a sociedade portuguesa sobre este sector, numa altura em que se desenvolve um novo ciclo estratégico da Cooperação Portuguesa. Nesse sentido, a Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP) propôs ao Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão (CEsA/ISEG) e ao Departamento de Ciências Sociais e Políticas do Território da Universidade de Aveiro (DCSPT/UA) um processo de actualização do conhecimento sobre a opinião pública portuguesa, de forma a facultar uma visão mais fidedigna ao nível de opiniões desta área e melhor planificar estratégias para o diálogo e o debate público com diferentes sectores da sociedade, incluindo decisores políticos nacionais e jornalistas.

A *Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030* destaca, entre outras coisas, a importância da comunicação com a sociedade e da visibilidade do sector para permitir um maior entendimento e reconhecimento do seu papel no cômputo das políticas públicas portuguesas. De facto, em Portugal, a Cooperação para o Desenvolvimento continua a ocupar um espaço residual no debate político, sobretudo ao nível da Assembleia da República e dos media, persistindo ainda dificuldades em abordar e trabalhar de forma sistemática com os/as deputados/as e os/as jornalistas portugueses/as e em colocar os temas do Desenvolvimento e da Cooperação internacional nos *media*.

¹ Estudo realizado pela Plataforma Portuguesa das ONGD, aquando da presidência da ACEP, e pela Universidade de Aveiro, com o apoio da Fundação C. Gulbenkian, cujos resultados podem ser consultados em Plataforma Portuguesa das ONGD (Setembro de 2006), *Cooperação para o Desenvolvimento e a Opinião Pública em Portugal*

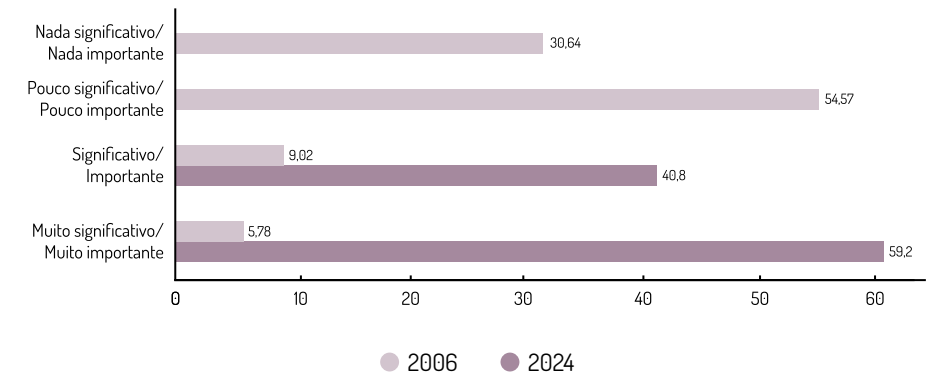
Nos últimos 20 anos, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento sofreu alterações profundas, a que não ficou alheia a Cooperação Portuguesa. Embora seja uma política sobre a qual existe pouco debate institucional a nível nacional, é um sector crucial na forma de relacionamento de Portugal com o mundo, nomeadamente com alguns dos países com os quais mantém relações bilaterais fortes, como os PALOP e Timor-Leste. Essa relação não passa unicamente pelo Estado, mas envolve um conjunto alargado de sectores, públicos e privados, com e sem fins lucrativos, abordando a Cooperação para o Desenvolvimento de formas diferenciadas e dando origem a diferentes formas de relacionamento.

Esta sondagem não surge no vazio e não está naturalmente imune ao contexto internacional actual, particularmente adverso, e que coloca desafios acrescidos à Cooperação para o Desenvolvimento. No entanto, esta política pública tem um papel singular na promoção do Desenvolvimento, da paz e dos direitos humanos. Os conflitos actuais, com destaque para as guerras em Gaza e na Ucrânia (que assinalou o regresso da guerra à Europa), o desrespeito e o descrédito pelo Direito Internacional e pelo multilateralismo, bem como o aumento do discurso populista um pouco por todo o mundo e, muito particularmente na Europa, são elementos caracterizadores do ambiente em que a Cooperação para o Desenvolvimento precisa de se continuar a afirmar e reforçar enquanto expressão mais nobre da política externa dos Estados e das instituições internacionais.

QUE OPINIÕES SE ALTERARAM NESTES QUASE 20 ANOS?

Neste capítulo, fazemos um exercício de comparabilidade com alguns dos resultados obtidos na última sondagem realizada há quase 20 anos, que nos permite perceber a evolução ou involução da opinião pública portuguesa face a estas matérias. Uma das alterações mais significativas tem que ver com a importância atribuída à Cooperação para o Desenvolvimento. Com ligeiras nuances na pergunta – “como classifica a cooperação portuguesa?” –, na sondagem de 2006, cerca de um terço dos respondentes (30,6%) indicou que a Cooperação Portuguesa era nada significativa e mais de metade (54,5%) considerava pouco significativa. Na sondagem agora realizada, **cerca de 60% dos respondentes atribui muita importância à Cooperação Portuguesa e os restantes consideram-na importante**, havendo um completo desfazamento com a opinião de há praticamente duas décadas.

Gráfico 1 - Importância da cooperação para o desenvolvimento



Esta tendência acompanha o que o Eurobarómetro sobre a Cooperação para o Desenvolvimento já tem vindo a demonstrar – esta política continua a ser das mais apoiadas pelos cidadãos europeus, nomeadamente pelos portugueses. A pesquisa de 2022 do Eurobarómetro² revelava já que 99% dos inquiridos portugueses consideraram importante estabelecer parcerias com países fora da União Europeia para reduzir a pobreza em todo o mundo.

Embora haja uma opinião geral da relevância do papel da Cooperação Portuguesa junto dos inquiridos, quando questionados sobre o grau de compromisso financeiro do Estado português para esta área, em 2024, **um terço dos respondentes considera que são disponibilizados “demasiados” recursos públicos, quando em 2006 havia uma percentagem mínima (2,1%) de inquiridos com essa opinião**. Porém, praticamente metade dos respondentes é da opinião de que são canalizados os recursos públicos “adequados” para financiar este sector e apenas 7,3 % considera que os recursos são insuficientes actualmente.

² Os cidadãos da UE e a cooperação para o Desenvolvimento, Eurobarómetro da Comissão Europeia, 2022, disponível em https://mundocritico.org/wp-content/uploads/2022/07/EU_citizens_International_Partnership_2022_eb521_factsheet_pt-pt-1.pdf

Gráfico 2 – Disponibilização de recursos financeiros por parte do Estado Português

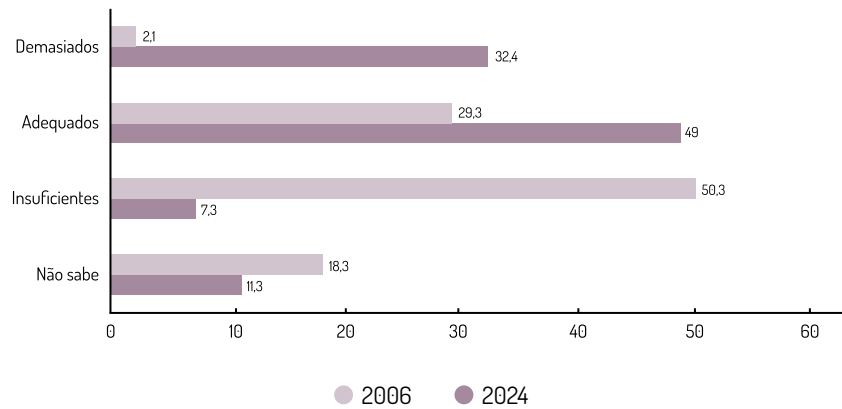
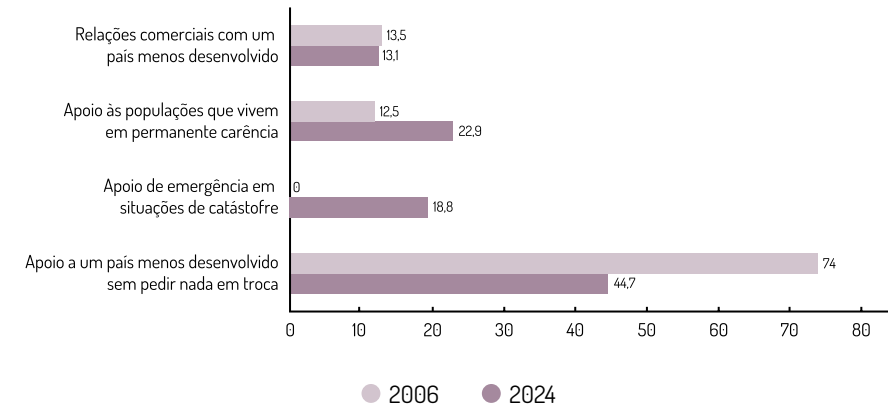


Gráfico 3 – Definição da cooperação para o desenvolvimento



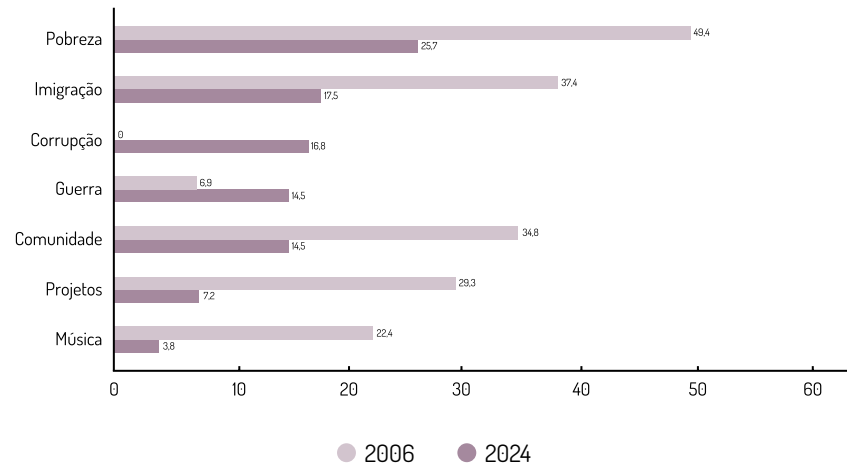
Também a sondagem agora realizada revela **que 4 em cada 10 inquiridos considera que a Cooperação para o Desenvolvimento deve traduzir-se no apoio a um país menos desenvolvido sem pedir nada em troca (45%)**, revelando uma atitude altruísta, em detrimento de outras pretensões como a promoção de relações comerciais com um país menos desenvolvido (apenas 13% considera que deve ser esta a definição de Cooperação para o Desenvolvimento). Em 2006, cerca de 74% dos respondentes entendiam a Cooperação como o apoio a um país menos desenvolvido sem pedir nada em troca, havendo, por isso, um decréscimo de praticamente 30 pontos percentuais em 2024.

O discurso populista contamina a opinião pública sobre a Cooperação?

Numa altura em que o discurso público é dominado por questões relacionadas com a imigração, acrescentámos à sondagem, agora realizada, uma questão relacionada com o fenómeno de instrumentalização da Cooperação para atenuar a emigração para os países ricos. De forma surpreendente, apenas 7% dos inquiridos considera que essa deve ser a principal motivação para a promoção desta política. A maior parte considera que esta deve assentar numa abordagem altruísta, contrariando a assim o discurso populista que tem ganhado terreno em Portugal.

Quando questionadas sobre os aspectos que lhes ocorrem **quando se fala dos PALOP, a maior parte dos respondentes identifica a pobreza como primeira opção em ambas as sondagens**, embora em 2024 represente quase metade dos inquiridos que assinalou essa opção em 2006. Em segundo lugar, surge a imigração (com 17,5% de respostas em 2024 e 37,4% em 2006) e, em terceiro lugar a classificação difere. Ou seja, em 2006, surgia em terceira posição a ideia de “comunidade”, enquanto que em 2024 é substituída pela questão da “corrupção”. Um aspecto curioso nesta questão é que na sondagem agora realizada há uma repartição mais equilibrada dos vários aspectos, sendo por isso uma opinião mais matizada e com menos extremos.

Gráfico 4 - Aspectos que ocorrem quando se fala dos PALOP



No que diz respeito à opinião sobre os actores mais eficazes da Cooperação para o Desenvolvimento, as Organizações Não-Governamentais continuam a surgir no topo como a forma mais eficaz de chegar às populações, à semelhança da sondagem realizada em 2006. Curiosamente, as empresas surgem em segundo lugar, tendo subido duas posições desde a última sondagem. O Governo e instituições estatais foram quem mais desceu na classificação da opinião sobre a sua eficácia na implementação de programas e projectos de Cooperação para o Desenvolvimento (surgindo em quinto lugar, quando em 2006 era o segundo mais bem classificado). Em ambas as sondagens, as câmaras municipais surgem em último lugar. Na nossa interpretação, isto pode significar que os inquiridos privilegiam os actores com contacto mais directo e sistemático com o terreno, sem intermediação do Estado e das suas instituições, representando talvez uma desvalorização do papel do Estado central e local, contraditória com a importância atribuída mais à frente à importância do acesso a bens públicos globais que estão mais relacionados com o papel dos Estados.

Tabela 1 - Quais os actores mais eficazes na cooperação?

Classificação em 2024 dos actores mais eficazes	Classificação de 2006	Estado na classificação
1.º - ONG	1.º	=
2.º - Empresas	4.º	↑ 2 lugares
3.º - Associações locais	3.º	=
4.º - Fundações	---	Não existia esta opção em 2006
5.º - Governo	2.º	↓ 3 lugares
6.º - Câmaras Municipais	5.º	=

Quanto às modalidades de Cooperação que melhor combatem a pobreza, os resultados de 2006 e 2024 coincidem, com o apoio a projectos e o envio de bens para os países em desenvolvimento como as formas mais eficazes, em detrimento da capacitação de recursos locais e perdão da dívida (em 2024) e o envio de técnicos e investimento em empresas privadas (em 2006).

Por último, as duas sondagens questionam os inquiridos sobre a predisposição individual para melhorar a situação das populações nos países em desenvolvimento. Como demonstra a tabela abaixo, em 2006, em primeiro lugar na classificação surgia a colaboração com uma organização ou projecto nos países, tendo caído seis posições para ocupar o último lugar na tabela em 2024. A maior subida, face a 2006, foi a predisposição para contribuir financeiramente para uma ONG, surgindo em segundo lugar em 2024.

Tabela 2 - Formas de apoio individual

Classificação em 2024 das formas de apoio individual	Classificação de 2006	Estado na classificação em 2024
1.º - Trabalho gratuito nesses países	2.º	↑ 1 lugar
2.º - Contributo para uma ong	5.º	↑ 3 lugares
3.º - Imposto para a cooperação	4.º	↑ 1 lugar
4.º - Apoio para uma instituição religiosa	6.º	↑ 2 lugares
5.º - Trabalho gratuito em portugal	3.º	↓ 2 lugares
6.º - Colaboração com organização ou projecto nos países	1.º	↓ 6 lugares

O PAPEL DAS ONGD NA REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DA COOPERAÇÃO E A MUDANÇA DE MENTALIDADES

Os resultados agora obtidos, bem como a sua comparação com a análise realizada há quase 20 anos, podem permitir melhorar a intervenção das diversas entidades envolvidas na Cooperação Portuguesa, nomeadamente as ONGD, e representam um bom ponto de partida para a discussão com outros, nomeadamente com os/as deputados/as à Assembleia da República, que têm estado consideravelmente à margem das discussões e reflexões sobre o rumo desta política e as suas opções estratégicas. Permitirão igualmente definir com maior precisão os próximos passos da intervenção da ACEP, em matéria de influência política e de sensibilização da opinião pública.

O objectivo é o de desafiar e promover o debate sobre a opinião pública e reflectir sobre como elas são formadas e como a sua construção pode ser influenciada, e, a partir de dados credíveis e actualizados, contribuir para uma melhor compreensão sobre os desafios actuais e futuros do Desenvolvimento internacional e da Cooperação Portuguesa. A partir deste trabalho, a ACEP, enquanto ONGD portuguesa que tem trabalhado em diferentes dimensões da Cooperação Portuguesa, procurará intervir a diferentes níveis, nomeadamente:

_ **influência política e monitoria das políticas públicas:** a ACEP procurará continuar a aprofundar o seu trabalho de advocacy e de monitoria, dialogando com os

diferentes actores, nomeadamente estatais, para um maior reconhecimento do papel da Cooperação Portuguesa no seio das políticas públicas. Esse trabalho influencia, mesmo que de forma indirecta, a opinião pública ao dialogar com governo, parlamento e entidades públicas, gerando pressão para que a política de Cooperação para o Desenvolvimento seja mais eficaz e esteja alinhada com a promoção de direitos e da justiça social;

_ **educação para o desenvolvimento e sensibilização:** o trabalho que a ACEP desenvolve enquanto agente de sensibilização, junto de diferentes públicos, nomeadamente de agentes multiplicadores como os jornalistas, tem repercussões na forma como as questões globais que afectam as comunidades em países em desenvolvimento são percebidas junto da opinião pública. É fundamental continuar a trabalhar essa dimensão e aprofundar a compreensão dos múltiplos desafios globais e a promoção de valores como a solidariedade internacional;

_ **e enquanto mediador entre os projectos no terreno e as discussões internacionais:** actuando a diferentes níveis, a ACEP tem uma visão privilegiada da forma como as grandes decisões estratégicas internacionais impactam o quotidiano das comunidades e a eficácia da implementação dos projectos ao nível do terreno de intervenção. É, por isso, relevante destacar o papel de mediador entre as comunidades nos países em desenvolvimento e as grandes discussões que acontecem nos fora internacionais e que têm impacto directo no rumo das políticas de Cooperação para o Desenvolvimento. O desafio reside nessa interacção e na capacidade de acompanhar os grandes debates internacionais, procurando influenciar e contribuir para a perspectiva da sociedade civil, a partir da experiência de terreno.

INQUÉRITO À OPINIÃO, AVALIAÇÃO E ATITUDES DA POPULAÇÃO PORTUGUESA EM RELAÇÃO À COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

JOÃO LOURENÇO MARQUES, UNIVERSIDADE DE AVEIRO
MARIA CRISTINA SOUSA GOMES, UNIVERSIDADE DE AVEIRO
MONIQUE BORGES, UNIVERSIDADE DE AVEIRO
CARLOS SANGREMAN, CESA/ISEG/UNIVERSIDADE DE LISBOA

ÍNDICE DE TABELAS

22 /	TABELA 1 - ENTREVISTAS PLANEADAS E VALIDADAS POR REGIÃO
28 /	TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS INDIVÍDUOS POR NATURALIDADE
33 /	TABELA 3 - MAIORES CAUSAS DA POBREZA
37 /	TABELA 4 - MODALIDADES DA COOPERAÇÃO E EFICÁCIA
39 /	TABELA 5 - ORGANIZAÇÕES POR EFICÁCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA CID
40 /	TABELA 6 - AVALIAÇÃO DA PRIORIDADE DOS CONTRIBUTOS DE PORTUGAL PARA A EU
43 /	TABELA 7 - AVALIAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DAS FORMAS DE CONTRIBUIR/COLABORAR
45 /	TABELA 8 - EXPETATIVAS PARA O FUTURO DA COOPERAÇÃO
49 /	TABELA 9 - DIFERENÇAS NA OPINIÃO, AVALIAÇÃO E ATITUDES EM RELAÇÃO À COOPERAÇÃO

ÍNDICE DE GRÁFICOS

26 /	GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS INQUIRIDOS POR SEXO
26 /	GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS INQUIRIDOS POR GRUPOS ETÁRIOS
27 /	GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS INDIVÍDUOS POR ESCOLARIDADE
27 /	GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS INDIVÍDUOS POR REGIÃO
29 /	GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS INDIVÍDUOS POR SITUAÇÃO PROFISSIONAL
30 /	GRÁFICO 6 - IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO
31 /	GRÁFICO 7 - DEFINIÇÃO DE COOPERAÇÃO
34 /	GRÁFICO 8 - MOTIVAÇÕES PARA A COOPERAÇÃO
35 /	GRÁFICO 9 - OPINIÃO SOBRE A ADEQUAÇÃO DO FINANCIAMENTO PÚBLICO
36 /	GRÁFICO 10 - ASPETOS QUE OCORREM QUANDO SE FALA DOS PALOP
42 /	GRÁFICO 11 - INTENÇÃO DE CONTRIBUIR INDIVIDUALMENTE PARA MELHORAR A SITUAÇÃO DOS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETIVOS DO ESTUDO

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) é definida como um dos pilares da Política Externa portuguesa pelo menos desde 1999 quando o governo do Eng. António Guterres aprovou em Conselho de Ministros o primeiro documento de Estratégia para o país, apesar das ações de cooperação terem começado logo a seguir às independências¹.

A CID portuguesa nunca deixou de afirmar a sua prioridade de serem os PALOP e Timor os principais (e tendencialmente únicos) países parceiros. E foi evoluindo essencialmente na relação com as ONG e incorporou pouco os principais elementos influenciadores da CID como a crise mundial económica e financeira de 2008 – 2018 que se iniciou nos EUA e na Europa, e a conseqüente contração de rendimentos nos países desenvolvidos, a intensificação das correntes migratórias para a Europa com grande exposição mediática, logo com uma pressão sobre os governos dos países de destino como nunca tinha acontecido, o terrorismo a partir dos atentados de Nova York, Bali, Londres e Madrid, e mais recentemente a invasão da Ucrânia pela Rússia que levou a uma presença russa nos países africanos como não existia desde a desagregação da URSS em 1989/91. A evolução institucional mais significativa desde 1999 deu-se em 2005 quando a nova estratégia aprovada se alinhou com os ODM (depois ODS-Agenda 2030), em 2011 quando se alterou a orgânica administrativa fundindo

¹ Por exemplo: abertura de linha de crédito ao Governo de Cabo Verde (Pedro Pires, 2024), envio de juizes para tribunais civis de Bissau e para darem aulas de português aos membros do PAIGC (fontes privadas), envio de professores de português pela ONG CIDAC (CIDAC, 1976), cooperação técnico militar (Golias, 2016).

o Instituto Camões e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), dando origem ao atual Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. que passou por um período de predominância da promoção da língua portuguesa sobre a CID entre 2010 e 2014, e a partir desta última data quando a Cooperação Delegada (ou seja a execução de projetos concebidos e financiados pela União Europeia) se tornou uma fonte de financiamento significativa.

Em nenhum período os organismos da Cooperação ou os ministérios tiveram uma preocupação firme na comunicação e formação da opinião pública. O maior esforço consistiu na produção de uma revista Cooperação, da qual foram publicados seis números entre 2006 e 2010 e uma “feira” da Cooperação – “Dias do Desenvolvimento” (2008 a 2011), reconhecidamente de grande impacto num público alargado, onde as ONG, Universidades e algumas empresas mostraram a sua atividade na cooperação, com conferências, workshops, exposições. De então para cá a informação pública tem-se centrado na existência de uma página web, presença das redes sociais e nos media vocacionados como a RDP-África e RTP-África.

Comparação Geral das estratégias da CID portuguesas

Estratégia	Contexto	Áreas Temáticas Principais	Enfoque Geográfico	Características Especiais
1999	Criação em 1996 da CPLP e processo independência de Timor; ODM aprovados pela ONU em 2000; atentados em 2001 – 2005 (Nova York, Bali, Londres, Madrid)	Educação, saúde, boa governação / Estado de Direito, luta contra a pobreza, reforço institucional, Direitos Humanos	CPLP (PALOP) (a que a prática acrescentou Timor independente)	As instituições são os atores principais e a assistência técnica a metodologia predominante. Formalizada pelo ICP em 2003 uma linha de financiamento para ONG
2005-2009	Pós-entrada no euro (2002)	Redução da pobreza extrema. Saúde e educação Desenvolvimento rural e segurança alimentar. Boa governação e direitos humanos. Educação para o Desenvolvimento em 2005	CPLP (PALOP e Timor) e multilaterais em especial a União Europeia e os ODM como orientação geral.	Mais Multilateral; mais setor privado: criação da SOFID em 2006; Fórum da Cooperação; reforço dos mecanismos de avaliação; financiamento para conferências e estudos em 2008. Clusters da Cooperação.

2014-2020	Pós-saída da troika 2011-2014; intensificação da migração para a Europa 2014-2016	Repete as anteriores e salienta os direitos humanos, juventude e sustentabilidade.	Repete as anteriores referindo também outros países	Mais Cooperação Delegada. Mais setor privado e parcerias publico privadas. Mantem as linhas de financiamento criadas
2020-2030	Na altura da aprovação pandemia Covid 19. Atual alteração presença Russa em África	Repete as anteriores e acentua a sustentabilidade ambiental e combate às alterações climáticas, a saúde global e resiliência de sistemas de saúde e a promoção de igualdade de género e inclusão social e Educação de qualidade e inovação digital	CPLP e Timor e referencias a outros países	Alinhamento completo com os ODS/ Agenda 2030. Atenção especial a países de baixa renda e contextos de fragilidade.

Fonte: Elaboração nossa a partir dos textos das estratégias publicadas em DR.

OBJETIVOS DO ESTUDO

As estratégias portuguesas e as políticas públicas decorrentes sempre foram concebidas de “cima para baixo”. Ou seja, pelos governos com pouca ou nenhuma participação dos atores fora da Administração Pública. Assim julgou-se importante em 2006 tentar perceber qual a opinião que a população tinha da Cooperação e em 2024, voltar a inquirir buscando a evolução dessa opinião. O presente estudo explora as associações entre características socioeconómicas dos indivíduos (como sexo, idade, escolaridade e situação profissional) e as suas opiniões e avaliações sobre diferentes aspetos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

Os objetivos específicos do estudo procuram:

1. Descrever o perfil sociodemográfico dos respondentes em termos de sexo, idade, região NUTS III, escolaridade e situação profissional;
2. Explorar as opiniões relativas à importância da cooperação internacional

(P8) e o contributo de Portugal (P10 e P13)²;

3. Determinar as principais causas da pobreza (P11_1 a P11_6) identificadas pelos respondentes;
4. Analisar as razões atribuídas pelos respondentes para o contributo de Portugal na cooperação internacional (P12_1 a P12_7);
5. Distinguir as associações feitas pelos respondentes com os PALOP (P14_1 a P14_7);
6. Avaliar a eficácia percebida das diferentes modalidades de apoio internacional (P15_1 a P15_7);
7. Examinar as opiniões quanto à eficácia da cooperação (P16_1 a P16_7) envolvendo diferentes atores (como associações, câmaras municipais, empresas, ONG, entre outros);
8. Avaliar as prioridades atribuídas pelos respondentes aos contributos de Portugal para a União Europeia (P17_1 a P17_6);
9. Explorar a opinião dos respondentes sobre a sua capacidade de contribuir para melhorar a situação dos países menos desenvolvidos (P18);
10. Descrever as formas de colaboração preferidas pelos respondentes (P19_1 a P19_6) para ajudar os países menos desenvolvidos;
11. Identificar as principais causas que poderiam levar os respondentes a deixarem de ajudar os países menos desenvolvidos (P20);
12. Compreender como os respondentes concetualizam a cooperação para o desenvolvimento (P9) e quais são as suas expectativas para o futuro da cooperação internacional (P21).

1.2. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO

Este relatório está estruturado em quatro capítulos, além desta introdução, na qual se definem o contexto, os objetivos do estudo e se identificam os temas de investigação. No segundo capítulo, são apresentados os procedimentos utilizados para

² Os "P número" referem-se às perguntas do inquérito feito. Ver anexo.

a recolha dos dados, incluindo as fontes e os métodos de amostragem. Este capítulo aborda também as variáveis analisadas, e as técnicas estatísticas utilizadas para a análise dos dados. O terceiro capítulo é dedicado à análise dos dados. Inicialmente, é feita uma caracterização da amostra com recurso a estatísticas descritivas, proporcionando uma visão geral do perfil dos respondentes. Em seguida, são analisadas as opiniões dos respondentes em relação aos diversos tópicos sobre cooperação internacional. Este capítulo também inclui uma análise inferencial que identifica perfis específicos de respondentes com base nas respostas dadas. Por fim, colocámos algumas hipóteses para os temas inquiridos que são testadas, e os resultados discutidos.

Este relatório reúne os elementos de base para uma discussão mais detalhada sobre a cooperação e desenvolvimento, que pode ser suscitada pelas implicações dos resultados obtidos e com as recomendações para a política pública que dos resultados decorrem.

2. METODOLOGIA

2.1. PROCEDIMENTOS DE AMOSTRAGEM E FONTES DE DADOS

O presente estudo foi realizado com uma amostra de indivíduos maiores de 18 anos residentes em Portugal, utilizando um processo de amostragem por quotas. A amostra foi definida com base numa matriz que cruza três variáveis: sexo (com duas categorias), idade (dividida em quatro faixas etárias) e região (com oito subdivisões geográficas). Este procedimento visou garantir uma representatividade ajustada da população alvo com o universo definido pelos resultados do Recenseamento Geral da População de 2021. No total, foram obtidas 812 entrevistas efetivas. Note-se que a maior dificuldade em obter entrevistas foram nas regiões “Interior Norte-Centro (Alto Minho, Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Douro, Terras de Trás-os-Montes, Viseu Dão Lafões, Beira Baixa, Médio Tejo, Beiras e Serra da Estrela) e Alentejo.

Tabela 1 - Entrevistas planeadas e validadas por Região

Regiões	Planeadas	Validadas
Litoral Norte-Centro	195	203
Algarve	36	39
Área Metropolitana do Porto	134	147
Área Metropolitana de Lisboa	222	239

Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira	38	39
Interior Norte-Centro	138	112
Alentejo	36	33
Total Geral	800	812

Fonte: Inquérito à opinião, avaliação e atitudes da população portuguesa em relação à cooperação para o desenvolvimento. 2024, Lisboa

Os dados foram recolhidos, pela empresa Aximage³, através da técnica de CAWI (Computer Assisted Web Interviewing), que consiste na aplicação de um questionário estruturado de forma online a um painel de respondentes segundo as quotas pré-definidas e com acompanhamento de técnicos da empresa. A recolha de dados decorreu entre os dias 21 de junho e 10 de julho de 2024, com uma taxa de resposta de 82%. Ou seja, apenas 18% das chamadas não continuaram o inquérito por os inquiridos declararem que não sabiam o que era Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

A margem de erro máxima associada a esta amostra é de $\pm 3,4\%$, para um nível de confiança de 95%.

As variáveis de interesse, para a análise das opiniões, avaliação e atitudes em relação à cooperação, são detalhadamente apresentadas na secção 3:

- / Opiniões sobre Cooperação Internacional (P8, P10);
- / Causas da Pobreza Global (P11_1 a P11_6);
- / Razões para o Contributo de Portugal na Cooperação Internacional (P12_1 a P12_7);
- / Associações com os PALOP (P14_1 a P14_7);
- / Avaliação da Eficácia das Modalidades de Apoio Internacional (P15_1 a P15_7);
- / Avaliação da Eficácia dos Atores na Cooperação Internacional (P16_1 a P16_7);
- / Avaliação das Prioridades dos Contributos de Portugal para a União Europeia (P17_1 a P17_6);
- / Participação Individual na Cooperação Internacional (P18, P19_1 a P19_6, P19A);
- / Desafios e Expectativas para a Cooperação Internacional (P20, P21).

³ <https://aximage.pt/>

Com um tema de questionário que implica que os inquiridos saibam ou julguem saber o que é a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento é natural que haja algum desvio da amostra para pessoas com mais instrução formal, como se verá mais adiante.

2.2. MÉTODOS E TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Além dos procedimentos de amostragem, foram utilizadas diversas técnicas estatísticas para analisar os dados recolhidos, visando atender aos objetivos do estudo e testar as hipóteses formuladas. As análises realizadas incluíram técnicas descritivas univariadas e multivariadas.

A seguir, detalham-se os principais métodos utilizados.

ANÁLISES DESCRITIVAS UNIVARIADAS

Inicialmente, foram realizadas análises descritivas univariadas para caracterizar a amostra em termos das variáveis sociodemográficas e das principais variáveis de interesse. Este procedimento incluiu o cálculo de frequências absolutas e relativas, bem como a distribuição das respostas nas escalas utilizadas para medir opiniões e preferências. Para uma melhor interpretação, estes resultados são apresentados em gráficos de barras.

ANÁLISES BIVARIADAS

Para analisar possíveis associações entre as variáveis sociodemográficas e as variáveis de opinião e preferências, foram realizadas análises bivariadas utilizando o teste qui-quadrado (Chi²) para variáveis categóricas e o coeficiente de correlação de Spearman para variáveis ordinais. Estas técnicas permitiram avaliar a existência de associações estatisticamente significativas entre as variáveis, sendo particularmente úteis para identificar padrões de resposta que diferem significativamente entre diferentes grupos da amostra (Chi²), assim como para medir a força e direção da relação entre as variáveis (Spearman).

3. ANÁLISE DOS DADOS

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Como podemos ver nos gráficos temos uma amostra com uma diferença pequena no número de mulheres e homens, com maioria com idade acima dos 40 anos, que frequentou, ou terminou mesmo, o ensino superior, empregada por conta de outrem e que (50 anos depois das independências) ainda tem 40% de respostas de pessoas que viveram ou tem familiares que viveram em África. Note-se que não existe nenhuma diferença significativa nas respostas entre aqueles que viveram ou tem familiares que viveram em África e os que não têm. Como seria de esperar a concentração da população portuguesa no litoral também se reflete aqui. O desvio mais evidente é a nível das habilitações pois o último Censo aponta 19% de pessoas com nível superior. Como se disse atrás, com este tema era de esperar algum tipo de desvio.

Gráfico 1 - Distribuição dos inquiridos por sexo

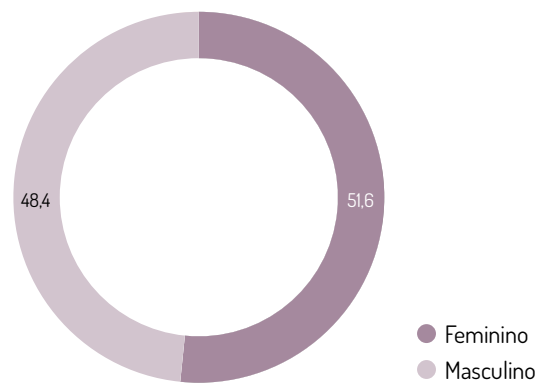


Gráfico 2 - Distribuição dos inquiridos por grupos etários

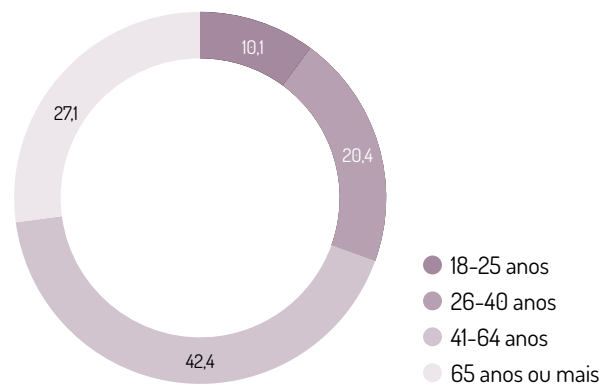


Gráfico 3 - Distribuição dos indivíduos por escolaridade

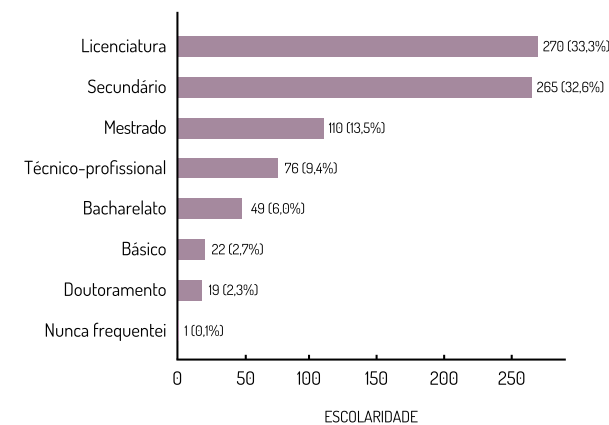
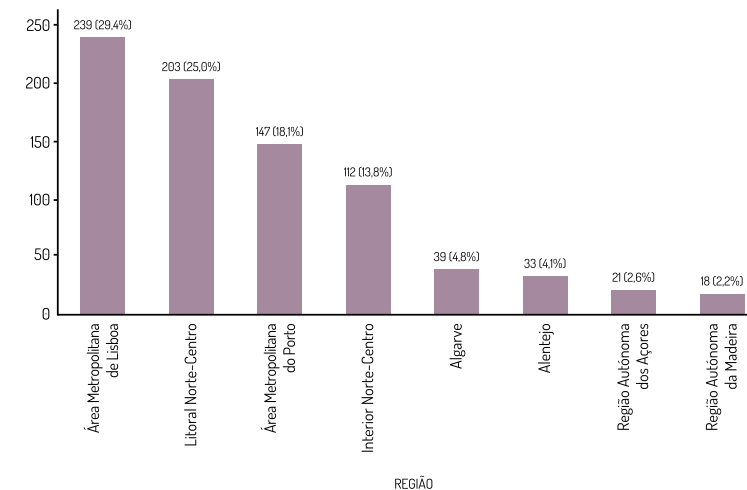


Gráfico 4 - Distribuição dos indivíduos por região



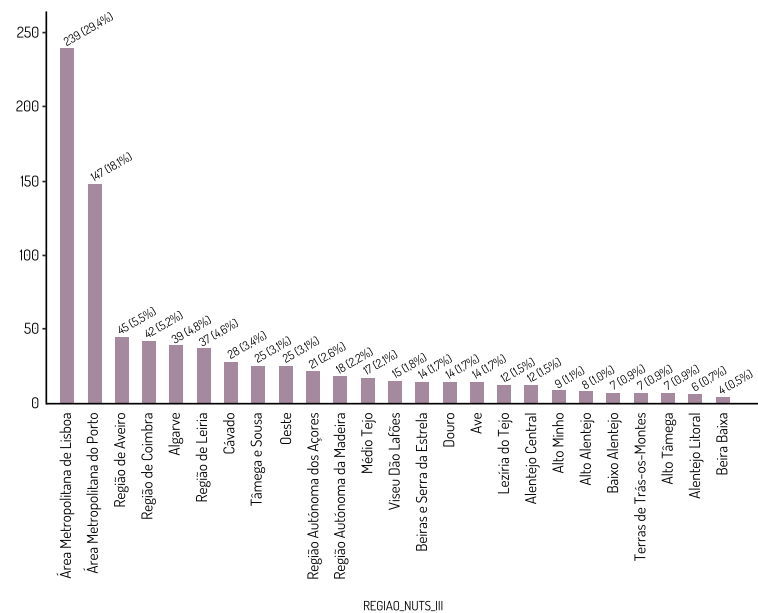


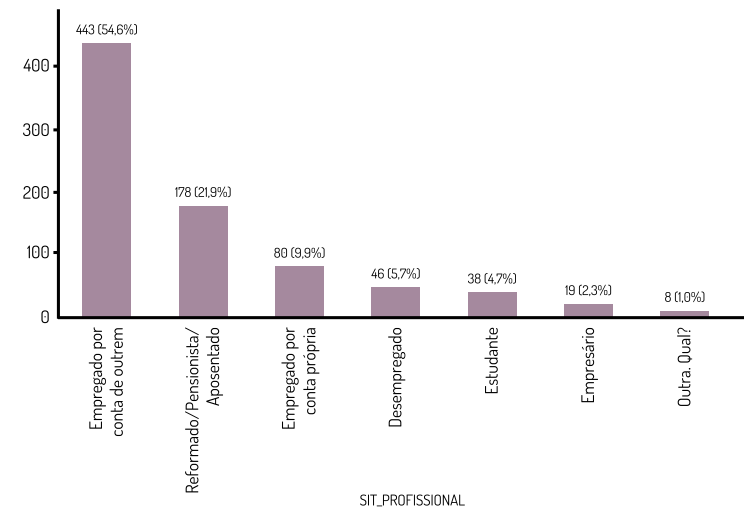
Tabela 2 - Distribuição dos indivíduos por nacionalidade

País de nacionalidade	N	%
Portugal	721	88,8
Brasil	35	4,3
Angola	17	2,1
Moçambique	11	1,4
Cabo Verde	3	0,4
Guiné-Bissau	2	0,2
Guiné Equatorial	2	0,2
São Tomé e Príncipe	2	0,2
Outro	19	2,3
Total	812	100

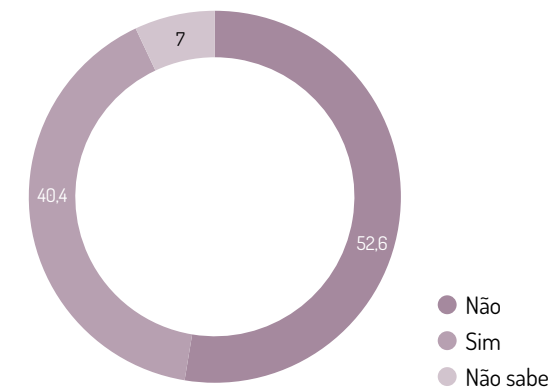
Fonte: Inquérito à opinião, avaliação e atitudes da população portuguesa em relação à cooperação para o desenvolvimento. 2024, Lisboa

Note-se que não foi feita qualquer estratificação por nacionalidade e por isso estes valores não têm de corresponder à população residente no Continente e Ilhas.

Gráfico 5 - Distribuição dos indivíduos por situação profissional



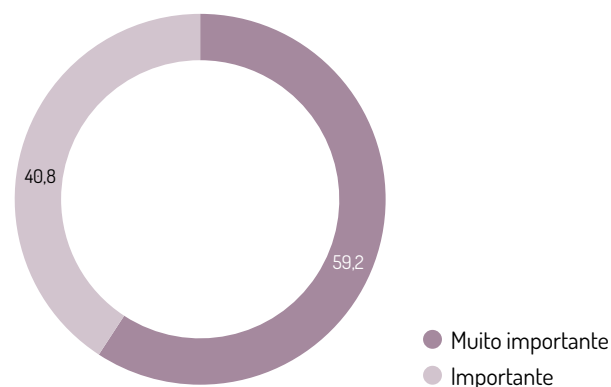
Distribuição dos indivíduos que viveram ou têm familiares que tenham vivido em África



3.2. COMPORTAMENTOS E ATITUDES FACE À COOPERAÇÃO: ANÁLISE DAS OPINIÕES

Nesta amostra ninguém pensa que a Cooperação é “nada importante”. O que significa um apoio alargado para considerar a CID como um pilar das relações externas portuguesas como todos os governos afirmaram desde a estratégia de 1999. Mesmo se considerarmos aqueles que não continuaram o inquérito por declararem não saberem ou julgarem saber o que era a CID, continuamos a ter uma percentagem alta da população com uma opinião positiva da Cooperação.

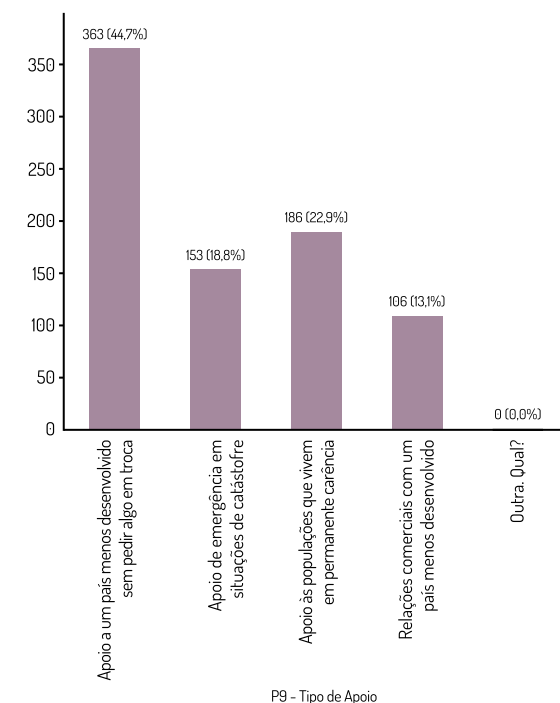
Gráfico 6 - Importância da Cooperação



Na questão sobre a ideia de definição da CID a que tem mais respostas é aquela que tem a ética mais altruísta de ajudar sem pedir algo em troca. Na realidade podemos ler estas respostas considerando que as três mais referidas correspondem a essa ética, pois a ajuda humanitária ou de emergência e a ajuda a populações em permanente carência (o que nos remete para a luta contra a pobreza) forma um conjunto que tem pouco ou nada a ver com a quarta ideia de relações comerciais. Estas opções

não permitem concluir em profundidade a ideia dos inquiridos sobre a noção que têm sobre a CID. Mas permitem perceber a base sobre a qual podem assentar as medidas de política de Cooperação onde as relações comerciais (setor privado empresarial, linhas de crédito?) não estão incluídas para a maioria da população.

Gráfico 7 - Definição de Cooperação



Apenas quatro dos respondentes selecionaram outra opção para além das disponibilizadas. Foram referidos aspetos relacionados com temáticas mais específicas ou posicionaram - se de forma contrastante face às opções listadas. Apresentam-se as respostas dadas:

/ Apoio no desenvolvimento de reformas estruturais que conduzam ao bem-estar das populações (saúde, educação, mobilidade);

/ Ajudar os países a resolver seus problemas em seus países e não trazê-los para Portugal;

/ Fomentar ensino da língua portuguesa;

/ Apoio a países menos desenvolvidos de forma estruturada e consciente e tendo a certeza que esse desenvolvimento vai envolver os residentes nesses países - no entanto terão de ter alguma contrapartida para Portugal.

O fim da pobreza foi sempre o modo mais concreto como se exprime a procura de bem-estar para toda a população numa sociedade. E um dos mais permanentes objetivos de programas, políticas e acordos de cooperação. Mas até à década de 70 se o conceito de pobreza absoluta (ausência de capacidade para sobreviver) dava origem a programas de emergência, ajuda humanitária ou assistência social, a pobreza relativa relacionada com a desigualdade levantava muitas questões e resistências por parte dos Estados que tendiam a considerar que o crescimento económico faria sempre diminuir a pobreza. Em 1974 o Banco Mundial elaborou o primeiro perfil da pobreza de um país menos desenvolvido o Sri Lanka, procurando modos de medir e comparar a pobreza em países diferentes. Em simultâneo publicou a obra de Hollis Chenery sobre necessidades básicas⁴ onde era proposto que o crescimento económico, por si só, não era suficiente para combater a pobreza, destacando a importância de atender às necessidades humanas essenciais como um objetivo central do desenvolvimento. A partir dessa década passou-se a sistematizar a luta contra a pobreza multidimensional como parte da Cooperação para o Desenvolvimento com linhas monetárias de rendimento a partir das quais as pessoas são consideradas pobres ou muito pobres e essa área tornou-se o centro das políticas de Cooperação. É por isso significativo conseguir perceber a opinião que a população portuguesa tem da pobreza nos países parceiros.

⁴ Chenery, Hollis; Ahluwalia, M.; Bell, C.; Duloy, J.; Jolly, R.; Institute of Development Studies, University of Sussex. *Redistribution with growth*: Washington, D.C. : World Bank Group. <http://documents.worldbank.org/curated/en/982991468181754395/Redistribution-et-croissance>

Tabela 3 - Maiores causas da pobreza

Tipos de causas	N	%
Corrupção	721	89,7
Guerra	35	4,4
Doenças	17	2,1
Desorganização	11	1,4
Comércio internacional	3	0,4
Herança Colonial	2	0,2
Outras	15	1,9
Total	804	100,0

Fonte: Inquérito à opinião, avaliação e atitudes da população portuguesa em relação à cooperação para o desenvolvimento. 2024, Lisboa

Apenas 15 respondentes identificaram outras causas, as quais podem ser tematicamente agrupadas da seguinte forma:

/ Alterações climáticas e sustentabilidade (2)

/ Pobreza e fome (3)

/ Educação e literacia (5)

/ Política de gestão interna (4)

/ “*Exploração do estrangeiro*” (1)

A corrupção, a guerra e a desorganização surgem com maioria de referências.

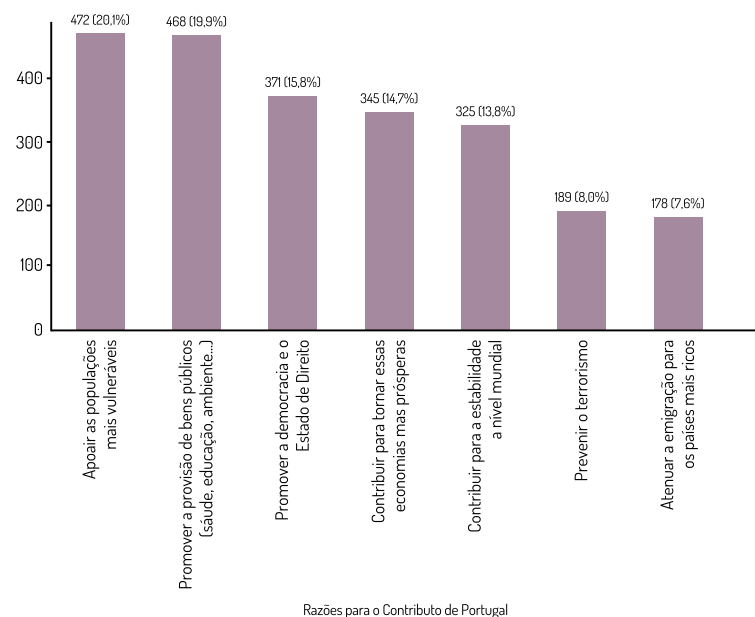
Ou seja, a população inquirida coloca as principais causas de pobreza em atividades exercidas pelos homens e mulheres dos países e não como consequência de causas naturais. Se as doenças têm uma percentagem de referências significativa de 20% e podem ser consideradas “causas naturais” as restantes ficam ao nível dos 5% e menos.

IMPORTÂNCIA DO CONTRIBUTO DE PORTUGAL

Era de esperar que a importância atribuída à CID originasse que os inquiridos considerassem o contributo português como positivo. Assim acontece com os inquiridos a considerarem importante ou muito importante o contributo português em

89,7% de respostas. Com valores deste nível (apenas 9,9% considera pouco e nada importante) não há qualquer dúvida de leitura e o que podemos interrogar nos são as razões ou motivações. No Gráfico 8 podemos dizer que os inquiridos se mantêm na lógica da luta contra a pobreza (nesta questão expressa como apoio aos vulneráveis), dos bens essenciais e da governação (aqui expressa na promoção da democracia e de economias prósperas). Note-se ainda que a promoção da igualdade de género/ emancipação feminina é assinalada residualmente. Saliente-se que tanto o terrorismo como as migrações estão pouco presentes na opinião dos portugueses das motivações para a Cooperação. Mas como causas de pobreza são a corrupção e a guerra que são referidas como as principais. Mais à frente pode-se ver como as migrações surgem como aspetos que ocorrem quando se fala dos PALOP com mais frequência que a guerra ou a corrupção.

Gráfico 8 – Motivações para a Cooperação



Das respostas obtidas:

- Apenas 1 resposta corresponde a “não sei”;

As restantes 4, apesar da formulação apresentada pelos respondentes remeter para a indicação de outras motivações, estas encontram correspondência (são uma repetição) com as opções de mencionadas na questão do inquérito:

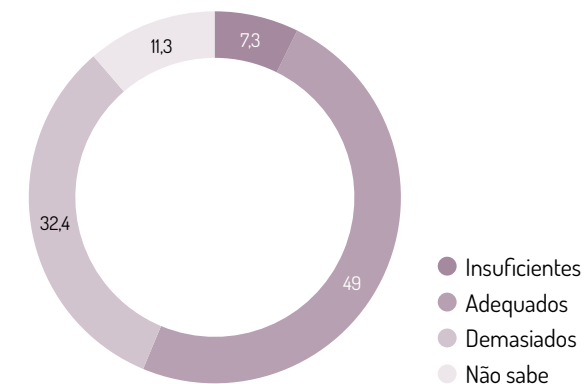
1. Promover a Educação (P12_7),
2. Contribuir para uma imigração controlada em Portugal (P12_2),
3. Apoiar a formação (P12_7).

DISPONIBILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS POR PARTE DO ESTADO PORTUGUÊS

Esta é uma questão claramente de opinião com pouca ou nenhuma informação. Não é fácil para os especialistas de Cooperação conseguir saber quanto o Estado português realmente gasta na CID para além da indicação da APD que é reconhecidamente muito limitada face a um modelo tão descentralizado como o português, onde mesmo nos ministérios são feitas ações de Cooperação por via de rubricas orçamentais variadas tornando impossível chegar a números reais. E se procurarmos os municípios ou as instituições públicas, dependentes do Orçamento Geral, mas com algum grau de autonomia administrativa ou financeira, mais difícil se torna.

Com todas essas limitações as opiniões tendem a centrar-se nas respostas “Adequado” em maioria ou “Demasiado” relativamente perto como se pode ver no Gráfico 10.

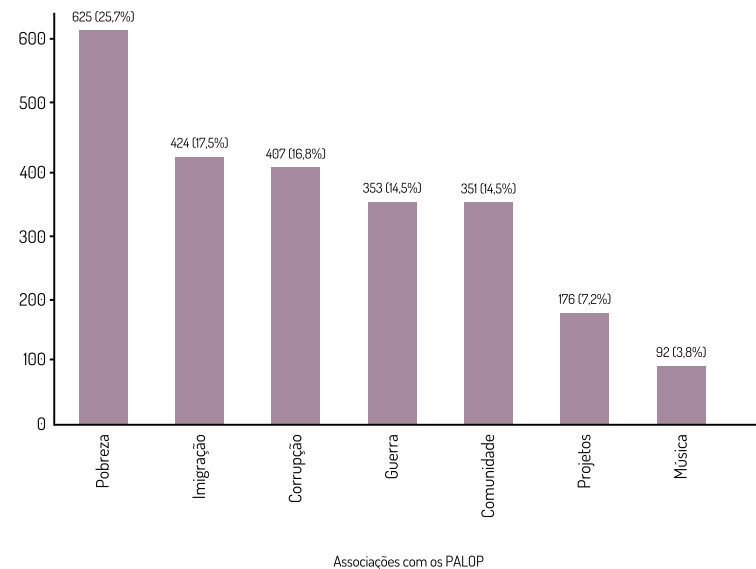
Gráfico 9 – Opinião sobre a adequação do financiamento público



ASPETOS QUE OCORREM QUANDO SE FALA DOS PALOP

A opinião pública é formada pelos média (rádio, jornais, revistas, televisão e as chamadas redes sociais) e pela opinião de acontecimentos passados ou presentes transmitidos por conhecidos ou familiares, ou simplesmente porque se vai ouvindo falar durante o tempo suficiente para as pessoas reterem o tema na sua memória e irem formando uma opinião. As ideias que se vão formando sobre os PALOP ou seja sobre países dos quais temos informações regulares nos media, temos familiares ou conhecidos que viveram lá ou andaram na guerra colonial e em muitas zonas do país contactamos todos os dias com pessoas que migraram desses países para Portugal, configuram a opinião pública mesmo para quem não vê todos os dias notícias ou segue as redes sociais.

Gráfico 10 – Aspectos que ocorrem quando se fala dos PALOP



Pelo Gráfico 11 se pode verificar que a opinião pública está configurada pelas ideias de “pobreza” como principal e “imigração” “corrupção” como segundo grupo e

“guerra” e “comunidade” como terceiro. Estes resultados parecem nos coerentes com as respostas anteriores exceto no que respeita a “migrações” que tem um peso muito maior do que nas respostas à questão sobre Motivação para a Cooperação. A interpretação possível aponta para que as pessoas considerem que esses países têm em geral migrantes para Portugal mas que esse fenómeno tem pouco que ver com a CID.

AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DAS MODALIDADES DE APOIO

Como executar ações de Cooperação, ou seja, quais os instrumentos que devemos utilizar na CID para ter maior eficácia nos objetivos é uma questão que as estratégias elaboradas em todos os países financiadores ou beneficiários se colocam. Foram-se sintetizando em três tipos: Cooperação Técnica (ou transmissão de conhecimento e equipamento), Cooperação Financeira (ou transferência ou empréstimos de capital) e Cooperação por Projetos (ou mista técnica, financeira e trabalho). Note-se que a ajuda humanitária ou de emergência é, para as pessoas em geral, uma modalidade de Cooperação.

Mas podemos desdobrar esta síntese num conjunto menos abstrato de modalidades. Foi isto que se procurou obter questionando sobre a eficácia para combater a pobreza das seguintes modalidades, tendo consciência que se podem imaginar mais detalhe nas modalidades:

Tabela 4 – Modalidades da Cooperação e eficácia

Modalidades	Nada	Pouco	Soma	Eficaz	Muito	Extremamente	Soma
Capacitação de recursos humanos locais	40	277	317	263	113	64	440
%		41,9		58,1			
Perdão da dívida dos Estados	82	276	358	257	79	39	375
%		48,8		51,2			

Envio de bens de primeira necessidade	26	182	208	290	160	117	567
%		26,8		73,2			
Apoio a projetos de desenvolvimento	18	143	161	260	210	131	601
%		21,1		78,9			
Reforço das instituições locais	27	165	192	273	195	101	569
%		25,2		74,8			
Investimentos em empresas privadas	43	211	254	294	127	63	484
%		34,4		65,6			
Envio de técnicos	17	151	168	298	192	101	591
%		22,1		77,9			

Fonte: Inquérito à opinião, avaliação e atitudes da população portuguesa em relação à cooperação para o desenvolvimento. 2024, Lisboa

Se procurarmos comparar as referências “Eficaz” e “Pouco eficaz” temos que os respondentes consideram o envio de bens, o apoio a projetos, o reforço das instituições, o investimento privado e o envio de técnicos com mais eficaz. E a capacitação de recursos locais e o perdão da dívida dos Estados como sendo pouco eficaz. No caso dos recursos locais comparando com o apoio ao reforço de instituições parece haver alguma contradição, mas as restantes dão pistas para possíveis prioridades nas ações de Cooperação.

Avaliação da eficácia da implementação da cooperação para o desenvolvimento das seguintes organizações portuguesas

No seguimento da questão anterior era lógico que se procurasse perceber qual a opinião que a população tem das organizações executantes da política de Cooperação.

Tabela 5 – Organizações por eficácia da implementação da CID

Organizações	Nada	Pouco	Soma	Eficaz	Muito	Extremamente	Soma
Associações de Desenvolvimento locais	21	199	220	345	126	52	523
%		29,6		70,4			
Camara Municipais	37	255	292	290	108	41	439
%		39,9		60,1			
Empresas	28	180	208	349	137	54	540
%		27,8		72,2			
Fundações	31	188	219	325	133	72	530
%		29,2		70,8			
Governo através dos Ministérios	36	238	274	307	99	67	473
%		36,7		63,3			
ONG	22	139	161	312	196	91	599
%		21,2		78,8			
Organizações Religiosas	72	211	283	277	126	54	457
%		38,2		61,8			

Fonte: Inquérito à opinião, avaliação e atitudes da população portuguesa em relação à cooperação para o desenvolvimento. 2024, Lisboa

Esta questão pode ser interpretada como uma hierarquização de confiança nas organizações para executarem Cooperação. Note-se antes de mais que nenhum tipo de organização tem maioria negativa. Ou seja, os inquiridos têm a opinião que as organizações são eficazes embora em graus diferentes umas das outras.

Se usarmos o critério de número de respostas Eficaz + Muito eficaz + Extremamente Eficaz, a ordenação seria a seguinte:

Em primeiro lugar: ONG (Organizações Não Governamental

Em segundo: Empresas

Em terceiro: Associações de Desenvolvimento Local

Em quarto: Fundações

Em quinto: Governo através dos Ministérios

Em sexto: Organizações religiosas

Em sétimo e último: Camaras Municipais

Ou seja, os respondentes valorizam claramente as organizações que consideram estar mais perto das populações de destino da Cooperação sem organizações locais intermediárias, como é o caso dos Governos ou dos Municípios. A posição em penúltima das organizações religiosas, em princípio também perto das populações em áreas como a educação e a saúde, já é mais difícil de perceber. A hipótese que colocamos é que derive da desconfiança do proselitismo que lhes é atribuído como inerente à sua natureza. São mesmo as organizações com mais respostas “Nada eficaz”.

AVALIAÇÃO DA PRIORIDADE DOS CONTRIBUTOS DE PORTUGAL PARA UE

Tabela 6 – Avaliação da prioridade dos contributos de Portugal para a UE

Tipos de contributo	Nada	Pouco	Soma	Prioritário	Bastante	Muito	Soma
Contribuição financeira para as instituições europeias de cooperação	19,0	218	237	356	89	52	497
%		32,3		67,7			
Recursos humanos, para implementação de projetos de iniciativa da EU	13	121	134	378	165	77	620

%		17,8		82,2			
Influência na definição da política europeia de cooperação	14	122	136	342	184	88	614
%		18,1		81,9			
Avaliação dos programas da UE	10	111	121	347	186	92	625
%		16,2		83,8			
Programas de acolhimento de estudantes em todos os níveis de ensino	17	110	127	330	189	117	636
%		16,6		83,4			
Operações de paz	8	63	71	235	212	245	692
%		9,3		90,7			
Envio de técnicos	17	151	168	298	192	101	591
%		22,1		77,9			

Fonte: Inquérito à opinião, avaliação e atitudes da população portuguesa em relação à cooperação para o desenvolvimento. 2024, Lisboa

Na avaliação da prioridade do contributo de Portugal para a União Europeia na área da Cooperação é completamente dominante a opinião positiva “Prioritário, Bastante e Muito Eficaz”, seja qual for a atividade indicada. A mais baixa é a prioridade da contribuição financeira e mesmo assim tem dois terços de respostas positivas. Saliente-se as “Operações de paz” que tem a maior percentagem de “Muito prioritária “de todas as questões do questionário em todos os temas inquiridos. Claramente a opinião dos inquiridos neste tema tem em alta consideração as operações de paz que as forças armadas portuguesas participam. Julgamos que deve ser

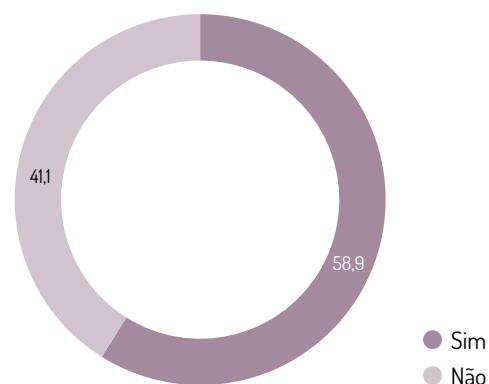
também a atividade mais publicitada e noticiada na comunicação social com frequente intervenção do governo ou da presidência, e com a lógica da opinião sobre “guerra” de questões anteriores.

O que é uma boa demonstração do efeito da divulgação.

O ENVOLVIMENTO INDIVIDUAL

O facto de se ter opinião positiva sobre a Cooperação pode ou não levar a um envolvimento pessoal nas ações concretas relacionadas com o tema. Foi aquilo que se procurou averiguar com as questões seguintes.

Gráfico 11 - Intenção de contribuir individualmente para melhorar a situação dos países menos desenvolvidos



A intenção de participar nalguma ação está presente nas respostas de 59% dos inquiridos (Gráfico 11). O que pensamos ser um bom resultado.

Para verificar com maior detalhe em que ações essas intenções se poderiam concretizar inquirimos as formas de participar (Tabela 7).

Nestas respostas saliente-se a existência de mais “Não sabe” do que em qualquer outra questão deste questionário. Ou seja, a intenção positiva dos inquiridos de contribuir para a CID é dificilmente concretizada pelo desconhecimento das formas concretas de agir.

Além das sugeridas foram dadas 38 respostas, as quais podem ser agrupadas nas seguintes categorias:

Conhecimento e educação (13);

Financiamento / doação (7);

Projetos (4);

Inclusão (2);

Outras (12).

A opinião da ação individual de ter atividade na Cooperação foi aqui explorada a partir de questões sobre Formas de colaboração e sobre razões para deixar de o fazer. Verifica-se que os respondentes colocam como preferível (maioria de “muito importante”) para contribuírem, o trabalho gratuito num país e contribuições financeiras para ONG e para o Estado via consignação de impostos. Mas as restantes opções estão em geral positivas sendo a opção “nada importante” dominante apenas na “Colaboração com uma organização ou um projeto desses países”. Ou seja, a pouca confiança, a convicção de haver corrupção em muitos níveis da sociedade, reflete-se aqui afastando os respondentes do país se não for por via de alguma organização da mesma nacionalidade e em projetos que não sejam executados por organizações nacionais.

Tabela 7 - Avaliação da importância das formas de contribuir/colaborar

Formas de contribuir/colaborar	Nada	Importante	Muito Importante	Soma
Colaborando com uma organização ou um projeto desses países	247	80	77	404
%	61,1	19,8	19,1	100,0
Contribuindo com trabalho gratuito em Portugal	66	124	69	259
%	25,5	47,9	26,6	100,0
Contribuindo com trabalho gratuito num desses países	31	92	103	226
%	13,7	40,7	45,6	100,0

Contribuindo financeiramente para uma instituição religiosa	19	45	39	103
%	18,4	43,7	37,9	100,0
Contribuindo financeiramente para uma ONG	50	77	94	221
%	22,6	34,8	42,5	100,0
Indicando ao Estado que reserve parte dos seus impostos para a cooperação	65	60	96	221
%	29,4	27,1	43,4	100,0

Fonte: Inquérito à opinião, avaliação e atitudes da população portuguesa em relação à cooperação para o desenvolvimento. 2024, Lisboa

MOTIVOS PARA DEIXAR DE CONTRIBUIR

Foram também inquiridos os motivos para deixar de contribuir. A maioria das respostas centrou-se na opção “Porque deixou de ter condições para o fazer” (36,6%) com a resposta “Porque era uma contribuição pontual e ter 22,2 % e “porque deixou de acreditar” 18,3%. Nas 48 respostas na categoria “Outra- Qual?” sugerem que os respondentes acreditam que devido à corrupção e desvio de recursos, as ajudas não chegam a quem realmente precisa; enquanto outros, sem condições financeiras, se veem impossibilitados de contribuir de forma eficaz. Consideramos que nesta resposta aquela que interessa para os objetivos deste inquérito são os 18 % de “deixei de acreditar”. São as pessoas que respondem desse modo que a política de divulgação de atividades e de informação da evolução positiva dos países pode influenciar.

EXPECTATIVAS PARA O FUTURO DA COOPERAÇÃO

Esta pergunta era aberta a que os respondentes dissessem aquilo que queriam sem limitações. Essa escolha na conceção da pergunta levou a frases que, muitas vezes não são claras ou, numa minoria, nem se referem à pergunta. As muitas frases respondidas foram objeto de classificação por dois investigadores diferentes sem conhecimento um do outro.

Os resultados foram os seguintes:

Tabela 8 – Expectativas para o futuro da Cooperação

Expectativas	Frequência		Porcentagem	
	Nada	Importante	Muito Importante	Soma
Positivas	367	372	45,2	45,8
Negativas	367	367	45,2	45,2
Neutras	78	22	9,6	2,7
Não sei e confusas	(incluídas na anterior)	51	N.A.	6,3
Totais	812	812	100	100

Podemos dizer que para as duas classificações se obtiveram distribuições semelhantes refletindo uma dualidade de entre os que adotam uma perspetiva mais otimista e os que se posicionam de forma mais pessimista. Deste exercício, as expectativas manifestadas podem ser sumarizadas conforme segue.

OTIMISTAS

As expectativas dos respondentes sobre a cooperação para o desenvolvimento mais positivas apontam no sentido de esperarem melhorias significativas, maior honestidade, combate à corrupção, e maior empenho na paz e na redução da desigualdade, apesar de preocupações sobre desafios globais como guerras e crises económicas.

PESSIMISTAS

No que respeita às expectativas em relação à cooperação para o desenvolvimento predominantemente pessimistas, a maioria dos respondentes manifesta expectativas que são muito baixas ou inexistentes, devido a fatores como corrupção, guerra, crises geopolíticas e nacionalismo crescente, o que leva a crer que a situação tende a piorar e a cooperação será cada vez mais difícil e ineficaz.

Os restantes posicionamentos podem ser classificados como neutros ou como uma manifestação de desconhecimento. Este é um resultado de realçar pois divide ao meio as opiniões da população inquirida, com alguma contradição com a maioria da importância atribuída à Cooperação. Pode dizer-se que, apesar do seu apoio à Cooperação a população está dividida em relação ao futuro.

3.3. APROFUNDAMENTO DO PERFIL DE RESPONDENTES

Algumas das diferenças estatisticamente significativas observadas podem decorrer da estratificação da amostra, conforme descrito na secção 2.

Tabela 9 - Diferenças na opinião, avaliação e atitudes em relação à cooperação

Questões	Características sociodemográficas (Nível de significância: * 10% ** 5% *** 1%)			
	Escolaridade	Idade	Sexo	Situação profissional
P8	**	**		**
P9		**		
P11_2		*	**	*
P11_3			*	
P11_4			**	
P11_5	**		*	
P11_6	*	**		**
P12_1			**	
P12_5	*			
P12_6			**	
P14_1		**		
P14_2		**	**	**
P14_3		**		
P15_1	*	**		**
P15_2		*	**	*
P15_3	*			

P15_4	**		**	
P15_5	**		*	*
P15_6			**	*
P15_7	**		**	
P16_1	**	**		*
P16_2	**	**	*	**
P16_3	**		*	
P16_4	*	**	**	**
P16_5	*		**	
P16_6	**			
P16_7			*	*
P17_1	**	**	**	
P17_2				*
P17_3	**	**	**	
P17_4	**		**	
P17_5	**	**	*	*
P17_6	**			
P18		**		**
P19_1		*		
P19_2				
P19_3				
P19_4			**	
P19_5			**	
P19_6	**			
P20				*

CARACTERIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS OBSERVADAS

Nesta secção, é apresentada a caracterização dos perfis identificados a partir das principais diferenças observadas entre os grupos de respondentes, conforme destacado na tabela anterior.

A análise foi conduzida com base nos resultados obtidos através do teste estatístico qui-quadrado (chi 2), o que permitiu identificar associações significativas entre

variáveis categóricas. Para cada questão do inquérito, onde existem diferenças estatisticamente significativas entre os valores observados (respostas reais) e os esperados (resultado mais provável de ocorrer, com base na hipótese nula), é traçado um perfil de resposta distinto de acordo com as características sociodemográficas, nomeadamente: idade, sexo, nível de escolaridade e situação profissional.

É importante ressaltar que as características socioeconómicas dos respondentes não refletem a distribuição da população residente em Portugal quanto aos níveis de escolaridade (com sobrevalorização do grupo de respondentes com maior nível de qualificações) e situação perante o trabalho (sobrevalorização dos empregados), o que poderá ter implicações no sentido de resposta.

Essas diferenças estão sistematizadas e apresentadas na tabela seguinte e contribuem para uma melhor compreensão sobre as opiniões e atitudes dos respondentes quanto aos temas e dimensões sobre a cooperação para o desenvolvimento abordados no inquérito.

Questões	Diferenças identificadas entre os valores observados e os esperados
Importância atribuída à cooperação para o desenvolvimento com países em desenvolvimento [P8]	<p>Maior nível de importância é atribuído por respondentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - com níveis de qualificação mais elevados (ensino superior, em particular licenciatura e mestrado); - com idades compreendidas entre os 41 e 64 e os 65 e mais anos; - empregados (especialmente empregados por conta própria).
Definições sobre a Cooperação para o Desenvolvimento [P9]	<p>A noção sobre cooperação para o desenvolvimento é diferenciada para os inquiridos com idades compreendida entre os 41 e 64 anos, os quais tenderam a selecionar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - apoio a um país menos desenvolvido sem pedir necessariamente alguma coisa em troca; - apoio às populações que vivem em permanente carência.

<p>Causas da pobreza nos países em desenvolvimento</p> <p>[P11_2 a P11_6]</p>	<p>São observadas algumas diferenças nas respostas dadas por inquiridos de sexos e idades diferentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Homens tendem a apontar a “corrupção” e “desorganização” como causas principais da pobreza em países em desenvolvimento, enquanto as mulheres frequentemente indicam “doenças” e “guerra” como causas predominantes; - Quanto à causa de pobreza “corrupção”, esta é mais vezes selecionada por respondentes com idade compreendida entre os 41 e 64 e os 65 e mais anos; - A opção “herança colonial” foi menos vezes selecionada por respondentes com idades compreendidas entre os 41 e 64.
<p>Principais motivações de Portugal, ao contribuir para o apoio aos países em desenvolvimento</p> <p>[P12_1] [P12_5] [P12_6]</p>	<p>De entre as motivações assinaladas é possível identificar diferenças no posicionamento entre homens e mulheres. As mulheres apresentam valores acima do esperado quanto a “apoiar as populações mais vulneráveis”. Os homens registam valores acima do esperado na opção “Promover a democracia e o Estado de Direito”, o que pode refletir uma perspetiva mais abrangente / mundial na análise da cooperação internacional.</p>
<p>Aspetos mais recorrentes quando se fala dos PALOP</p> <p>[P14_1 a P14_3]</p>	<p>Observam-se diferenças nas respostas dadas por respondentes do sexo masculino, que selecionaram, acima do esperado, a opção “corrupção”. Este valor também é também mais expressivo em inquiridos com 65 ou mais anos. Nos respondentes com idades compreendidas entre os 41 e 64 anos é a “guerra” o aspeto que mais se destaca.</p>
<p>Avaliação da eficácia das modalidades de apoio aos países em desenvolvimento quanto ao combate da pobreza e das desigualdades</p> <p>[P15_1 a P15_7]</p>	<p>Evidenciam-se, globalmente, os seguintes perfis de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Respondentes do sexo feminino tendem a dar respostas mais extremadas e a reconhecer menor eficácia; em contraste, respondentes do sexo masculino tendem a assumir um posicionamento mais contido (centralidade de resposta, na opção “eficaz”). - São também as mulheres que mais vezes selecionam a opção “não sei”. - Respondentes mais jovens (grupos etários 18-25 anos e 26-40 anos) revelam uma tendência de resposta mais positiva, reconhecendo melhores níveis de eficácia (contrasta com o grupo etário dos 41 a 64 anos). Esta perspetiva mais favorável é partilhada por respondentes mais qualificados (licenciatura e mestrado).

<p>Eficácia na implementação da cooperação para o desenvolvimento das seguintes organizações portuguesas</p> <p>[P16_1 a P16_7]</p>	<p>Evidenciam-se, globalmente, os seguintes perfis de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Respondentes do sexo feminino tendem a dar respostas mais extremadas e a reconhecer menor eficácia; em contraste, respondentes do sexo masculino tendem a assumir um posicionamento mais contido (centralidade de resposta, na opção “eficaz”). Desvia-se desta análise a avaliação atribuída às “Organizações religiosas”, que é mais negativa nas repostas dos homens. - São também as mulheres que mais vezes selecionam a opção “não sei”. - Respondentes mais jovens (grupos etários 18-25 anos e 26-40 anos) revelam uma tendência de resposta mais positiva, reconhecendo melhores níveis de eficácia, sobretudo quanto “Câmaras municipais”. - Os respondentes que se encontravam desempregados atribuíram níveis de eficácia menos favoráveis. Em contraste os respondentes mais qualificados revelaram uma tendência de resposta mais positiva.
<p>Prioridade dos contributos de Portugal para a União Europeia</p> <p>[P17_1 a P17_6]</p>	<p>Nas respostas dadas por respondentes do sexo feminino ou masculino destaca-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A valorização de medidas como “programas de acolhimento de estudantes em todos os níveis de ensino” pelas mulheres - A maior valorização da “contribuição financeira para as instituições europeias de cooperação” pelos homens - De um modo geral, as mulheres atribuíram menores níveis de importância às medidas apresentadas e os homens selecionaram maioritariamente níveis de prioridade intermédio. - É possível observar que inquiridos com idade compreendida entre os 41 a 64 anos e os 65 e mais anos conferem menor importância aos contributos de Portugal para a UE. Este perfil de resposta diverge dos respondentes com idades entre os 18-25 anos, os quais consideraram como mais prioritários os contributos apresentados.
<p>Contributo individual para a melhoria da situação das populações dos países menos desenvolvidos</p> <p>[P18]</p>	<p>Os respondentes com idade igual ou superior a 65 anos demonstraram menor predisposição a contribuir pessoalmente para a melhoria da situação das populações dos países menos desenvolvidos. Este posicionamento contrasta com o dos jovens com idade entre 18 e 25.</p>
<p>Formas preferenciais para contribuir individualmente para a melhoria da situação das populações dos países menos desenvolvidos</p> <p>[P19_1 a P19_6]</p>	<p>São observadas algumas diferenças nas respostas dadas por inquiridos de sexos e idades diferentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As mulheres priorizam formas de contribuir financeiramente para uma instituição religiosa e para uma ONG. - A contribuição financeira para uma instituição religiosa é também uma medida mais priorizada por respondentes com mais de 65 anos.

3.4. TESTES DE HIPÓTESES

Nesta secção apresenta-se o resultado da interligação de respostas quanto ao posicionamento dos inquiridos. Assim, ao cruzar diversas questões procurou-se identificar possíveis relações entre as temáticas, permitindo antecipar padrões e correlações nas opiniões dos respondentes. Esse exercício serviu de base para a formulação de hipóteses com base em dimensões chave do inquérito, cujas análises são apresentadas a seguir.

Contributo de Portugal para o combate às desigualdades e a opinião sobre países em desenvolvimento e os aspetos relativos aos PALOP

Pretende-se perceber se:

/ Existe relação entre a importância atribuída ao contributo de Portugal para o combate às desigualdades nos países em desenvolvimento e a forma como é avaliada a disponibilização de recursos financeiros? [P10, P13].

/ Os inquiridos que valorizam o contributo de Portugal no combate às desigualdades tendem a destacar elementos integradores, como a comunidade e projetos, quando se referem aos PALOP? [P13, P14_1, P14_6].

/ Os respondentes que identificam a corrupção e a guerra como causas da pobreza nos países em desenvolvimento também identificam esses mesmos fatores como relevantes ao discutir os PALOP? [P11_2, P14_2; P11_5, P14_3].

De forma global, é possível estabelecer uma associação entre a importância atribuída ao contributo de Portugal para o combate às desigualdades nos países em desenvolvimento e a forma como se avalia a disponibilização de recursos financeiros por parte do Estado português. Ou seja, quanto maior a importância atribuída a esse contributo, maior é a opinião de adequação dos recursos disponibilizados. Em contrapartida, destaca-se, quanto à intensidade, que os inquiridos que consideraram o contributo “pouco importante” tendiam a considerar os recursos excessivos

No que se refere à valorização do contributo de Portugal, avaliado pela disponibilização de recursos financeiros no combate às desigualdades, nota-se que essa valo-

rização não se associa diretamente com a identificação de aspetos mais positivos ou integradores. Este resultado sugere que a opinião de valorização financeira pode estar mais relacionada com outros fatores que influenciam a definição de prioridades e as principais motivações sobre como Portugal pode apoiar os países em desenvolvimento.

A análise demonstra também que não é possível estabelecer uma relação linear entre os motivos assinalados como causas da pobreza em países menos desenvolvidos e a opinião dos aspetos associados aos PALOP. Por um lado, estes resultados refletem a natureza multidimensional ligada à pobreza, inerente a fatores socioeconómicos complexos; por outro, são influenciados pelo processo de desenvolvimento identitário dos PALOP, muito marcado por contextos históricos, culturais e geopolíticos distintos.

Perspetivas sobre o nível de eficácia das diferentes modalidades de apoio e da implementação por parte de diversas organizações portuguesas

Do cruzamento destas dimensões procurou-se explorar se:

- i) Existe uma relação entre a opinião quanto à disponibilização de recursos e o nível de eficácia das modalidades de apoio no combate à pobreza e às desigualdades? [P13, P15].
- ii) O reforço das instituições locais como modalidade de apoio está relacionado com a opinião sobre a eficácia dessas instituições [P15_1, P15_5; P15_1, P15_5, P16_1, P16_2].

Não existem evidências que permitam afirmar uma relação entre a forma como a disponibilização de recursos é avaliada e a opinião sobre o nível de eficácia das diferentes modalidades de apoio.

No entanto se analisam especificamente as medidas relativas à capacitação de recursos humanos locais e ao reforço das instituições locais, existe uma correspondência (correlação moderada, acima de 0,5) com a opinião sobre a eficácia dessas instituições (associações de desenvolvimento local e Câmaras municipais). Ou seja, os inquiridos que consideram as modalidades de apoio deste tipo como eficazes tendem a reconhecer que o nível de implementação por parte dessas organizações é favorável.

Perspetivas sobre o contributo individual para a melhoria da situação das populações dos países menos desenvolvidos

Considerando a maior ou menor predisposição dos inquiridos para contribuir pessoalmente e a forma como estariam disponíveis para concretizar essa contribuição, procurou-se verificar se essa disposição estaria relacionada com a forma como avaliavam a eficácia das organizações na implementação da cooperação para o desenvolvimento. Foram assim formuladas as seguintes hipóteses, para as quais não foi possível estabelecer nenhuma relação causal estatisticamente significativa:

- i) A avaliação da eficácia na implementação por diferentes organizações relaciona-se com a predisposição dos inquiridos para contribuir pessoalmente e com a forma como concretizam essa contribuição [P16, P18, P19].
- ii) Existe uma relação entre as prioridades atribuídas ao contributo de Portugal no combate à pobreza e a predisposição individual dos inquiridos na forma como se podem envolver pessoalmente [P17, P19].

Perspetivas quanto à influência do sentimento de des/confiança na forma como se percebe a cooperação para o desenvolvimento

A confiança é muitas vezes vista como um fator essencial para que as pessoas se sintam mais motivadas e comprometidas, acreditando que os esforços são valorizados e têm um impacto positivo e, desta forma, assegura uma colaboração e envolvimento mais efetivos. Assim, complementando a análise anterior, dedicou-se especial atenção a entender se estas perspetivas de des/confiança moldam as atitudes e comportamentos dos diferentes inquiridos. Foram consideradas as seguintes questões:

- i) Os respondentes que acreditam que podem contribuir para a melhoria da situação das populações dos países menos desenvolvidos tendem a ter uma opinião mais positiva sobre a eficácia das medidas e organizações. [P15, P16, P18].
- ii) Os respondentes que consideram as organizações pouco ou nada eficazes tendem a deixar de contribuir por não acreditarem nos resultados [P16, P20_2].
- iii) Na ordem de preferência de contribuição individual, o envolvimento direto (através de trabalho voluntário) pesa mais do que a contribuição indireta via organizacional (contribuição financeira) [P19].

Embora não se observe uma relação direta e consistente entre a opinião sobre a eficácia das modalidades de apoio e a implementação pelas organizações, os resultados indicam uma tendência: aqueles que acreditam na sua capacidade de contribuir tendem a atribuir níveis mais elevados de eficácia às medidas e organizações (com níveis de significância entre 1% e 5%). Ao examinar mais detalhadamente a opinião sobre as organizações, verifica-se que uma avaliação mais negativa da eficácia (pouco ou nada eficaz) das ONG e organizações religiosas está associada a uma maior probabilidade de as pessoas deixarem de contribuir por "terem deixado de acreditar" (com um nível de significância de 5% e 8% respetivamente).

Estes resultados parecem alinhados com as formas preferenciais de contribuição pessoal indicadas pelos respondentes para a melhoria das condições das populações dos países menos desenvolvidos. A contribuição financeira para uma instituição religiosa é a opção menos selecionada, sendo mais frequentemente escolhida como segunda ou terceira opção. Das contribuições mais prioritárias encontra-se a colaboração com organizações ou projetos de países menos desenvolvidos e a contribuição através de trabalho gratuito em Portugal. Desta análise depreende-se uma maior valorização das contribuições individuais em detrimento de contribuições indiretas via organizacional.

4. CONCLUSÕES DO ESTUDO E RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÕES

1. A cooperação para o desenvolvimento é uma atividade que agrada aos portugueses, sejam homens ou mulheres, de qualquer escalão etário (com mais peso nos jovens dos 18 aos 25 anos) e de qualquer espaço onde residam.
2. O entendimento é que a Cooperação é sobretudo altruísta (dar sem pedir nada em troca) e realidades como a luta contra o terrorismo ou os pretensos perigos da migração são muitíssimo pouco valorizadas.
3. Consideram que a União Europeia tem ação positiva e assim deve continuar que Portugal tem um contributo que deve manter.
4. Vêm como maiores entraves à eficácia da Cooperação a corrupção e as guerras antes de quaisquer outras.
5. Não questionam as formas de realizar essa Cooperação, mas valorizam sobretudo as operações de paz.
6. Também não questionam nem as prioridades geográficas de serem os PALOP e Timor os principais países, nem as prioridades temáticas.
7. Na hierarquização das organizações para execução da Cooperação preferem aquelas que estão mais próximo das populações, sem intermediários institucionais.
8. Nas formas de participação individual a que estariam predispostos, aquelas que são percebidas como diretas para as populações são as preferidas, em detrimento de contribuições indiretas via organizacional, embora não dispensem o enquadramento feito por organizações portuguesas.

9. Nas expectativas futuras de evolução da Cooperação dividem-se em positivas e negativas numa proporção quase igual.

10. As diferenças entre gerações expressam-se no peso dado à “corrupção”, (41 e 64 e os 65 e mais anos) e à “guerra” (41-64 anos) como causas da pobreza e na maior eficácia da cooperação (18-25 anos e 26-40 anos)

11. O contributo de Portugal para a Cooperação é esmagadoramente importante ou Muito importante (88%), e os recursos financeiros atribuídos são quase em maioria Adequados (49%).

12. Pelas respostas “Não sei” podemos concluir que os inquiridos têm um deficit relativo de informação, que se agrava quando se questiona formas mais concretas de colaborar/participar em ações da CID.

RECOMENDAÇÕES

1. A operacionalização da Estratégia da Cooperação Portuguesa Agenda 2030 deve atender a esta opinião da população.

2. A tolerância com situações de corrupção, conflitos armados, pobreza, desigualdades, ataques ao Estado de Direito, deve ser mínima.

3. As organizações não governamentais que se relacionam diretamente com as populações devem ter apoios que não dependam das autoridades locais.

4. A população portuguesa deve ter acesso a um nível de informação sobre o contributo português para a Cooperação Europeia mais alto do que o existente.

5. A estrutura da Cooperação estatal (Camões e Ministérios), camaras municipais e as organizações não governamentais (ONG, Fundações, Universidades, etc.) devem produzir informação acessível sobre as suas atividades de Cooperação nos países prioritários e organizarem-se para a sua divulgação.

6. A avaliação da Cooperação em todas as áreas e países deve ser realizada e divulgada de forma a incentivar as expectativas positivas da população para o futuro.

7. A construção e divulgação do conhecimento sobre os países prioritários da Cooperação portuguesa deve ser objeto de medidas específicas.

8. As empresas do setor privado têm uma opinião positiva como eficazes na execução de ações concretas e devem ser atores de Cooperação, como as estratégias têm recomendado, mas não têm sido executado.

9. As ações de Cooperação orientadas para os jovens (18-25 anos) devem ser objeto de medidas específicas.

10. Os recursos financeiros devem aumentar para que se tornem na maioria adequados à opinião da população.

OUTROS CONTRIBUTOS

ADVOGAR SOBRE O PAPEL DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMO UM DEVER ÉTICO

A publicação deste estudo é muito oportuna e, por isso, felicito a ACEP por mais esta iniciativa de advocacia. Por um lado, o crescimento dos nacionalismos com o conseqüente esquecimento dos “outros”, em particular dos mais vulneráveis, os conflitos e as tensões políticas em diferentes geografias e as muitas ameaças ao multilateralismo que se vêm colocando, tornam o atual contexto muito desafiante para a afirmação, junto da opinião pública, da relevância da cooperação internacional na construção da paz e da harmonia global. Por outro lado, alguns dos resultados do estudo afiguram-se tópicos muito relevantes para a operacionalização que se aguarda da Estratégia da Cooperação Portuguesa. O estudo traz-nos algumas boas notícias, como a importância atribuída pelos inquiridos à cooperação portuguesa e que esta deve ser desligada de contrapartidas económicas, e também outras que nos impelem a uma reflexão como o facto dos atores não estatais serem considerados os mais eficazes, com a Sociedade Civil, em “latu sensu”, a ocupar as 5 primeiras posições. Acresce, ainda, que as expectativas quanto ao futuro da Cooperação não surjam como otimistas.

Este estudo deve, pois, incentivar-nos a divulgarmos, mais e também melhor, os resultados das diferentes atividades em que nos envolvemos, colocando o protagonismo nos parceiros, a sensibilizarmos a opinião pública, e os decisores políticos, para a importância da cooperação internacional para o desenvolvimento como um dever ético. É importante dar aos outros as oportunidades que em outros tempos nos foram dadas.

Maria Hermínia Cabral

Fundação Calouste Gulbenkian

Diretora do Programa Gulbenkian Parcerias com África

PERSPETIVA DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD SOBRE OS RESULTADOS DO INQUÉRITO À OPINIÃO, AVALIAÇÃO E ATITUDES DA POPULAÇÃO PORTUGUESA EM RELAÇÃO À COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Depois de cerca de 20 anos desde a primeira sondagem da opinião pública portuguesa sobre as suas perceções face ao papel da Cooperação para o Desenvolvimento, realizada pela Plataforma Portuguesa das ONGD e pela Universidade de Aveiro, a Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP) assume novamente um papel ativo e crítico na análise do pensamento vigente na sociedade portuguesa sobre o setor da Cooperação para o Desenvolvimento, procurando construir caminhos estratégicos que contribuam para a sua maior visibilidade e para o incremento do debate público e da relevância das políticas públicas nesta área.

Num momento em que se assiste cada vez mais às consequências de alterações profundas verificadas nos últimos anos ao nível das dinâmicas globais, com o aumento de focos de conflito e a emergência de novas guerras ou a instabilidade crescente no contexto internacional resultante do recrudescimento de tensões geopolíticas e de uma crise aguda do multilateralismo, importa valorizar o papel de instrumentos centrados na solidariedade global, como é o caso da Cooperação para o Desenvolvimento, e reforçar a importância das políticas de cooperação internacional. Urge definir respostas coletivamente e num regime de cooperação e solidariedade, para debelar as causas profundas dos desafios que o mundo enfrenta, sentidos com especial acuidade pelos países mais pobres e pelas pessoas em situação de maior vulnerabilidade, como o agravamento das desigualdades entre países e dentro dos países, o aumento de pobreza extrema e o incremento de fenómenos climáticos extremos.

Os resultados do inquérito realizado para a ACEP demonstram evidências quantitativas de um elevado apoio da opinião pública ao setor. Tal realidade é coincidente com estatísticas da União Europeia e dados recolhidos de outros países doadores, através de estudos e inquéritos semelhantes realizados nos últimos anos¹. No entanto, importa perceber o grau de profundidade e consistência desse apoio, assim como as

1 Para mais informações vide, entre outros: EU citizens and development cooperation - September 2023 - - Eurobarometer survey; EU Citizens and International partnerships - June 2022 - - Eurobarometer survey; Caught between solidarity and self-interest: Public support for development cooperation during the COVID-19 pandemic in Germany | DÉval; Only Shallow? Public Support for Development Cooperation in South Korea.

motivações que estão na sua base. Um apoio público superficial e baseado num escasso conhecimento do setor, poderá revelar-se frágil e volátil, podendo a longo prazo resultar numa diminuição e conseqüentemente ter um impacto negativo na predisposição dos decisores nacionais para apostar na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), instrumento essencial para o reforço dos compromissos internacionais assumidos por Portugal e do relacionamento com os países parceiros da Cooperação Portuguesa.

O facto de o inquérito revelar um elevado reconhecimento do público em relação à importância da cooperação para o desenvolvimento é bastante positivo. Não obstante, verifica-se uma certa contradição com a aferição realizada no inquérito para a dimensão das atitudes, quando as pessoas inquiridas manifestam considerar que o grau de compromisso financeiro assumido pelo Estado português para esta área é “demasiado” ou “adequado”. Adicionalmente, os resultados do inquérito parecem apontar para uma tendência de diminuição de uma perspetiva solidária e “altruísta”, o que pode decorrer do atual período de crise e incerteza e de um certo recentramento das preocupações das pessoas nas suas próprias necessidades e no seu contexto imediato. Esta orientação encontra, de certa forma, um paralelismo na realidade internacional atual, para a qual a sociedade civil organizada tem vindo a alertar, de uma crescente instrumentalização da Cooperação para o Desenvolvimento para servir os interesses dos países doadores. Esta viragem no discurso e prática dos países doadores constitui uma desvirtuação dos objetivos plasmados nas principais políticas públicas de referência na área da Cooperação para o Desenvolvimento. Em sentido contrário, o inquérito evidencia, no entanto, que os inquiridos mantêm como motivações centrais para a Cooperação, a luta contra a pobreza, os bens essenciais e a governação, priorizando princípios e objetivos plasmados na atual Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030.

A par desta constatação, é animador perceber que ainda não se verifica uma propensão acentuada entre a população portuguesa para associar a Cooperação para o Desenvolvimento à atenuação e promoção do controlo de movimentos migratórios para os países ricos. Embora estes resultados possam permitir inferir da reduzida contaminação da opinião pública por atuais discursos populistas, importa termos presente que uma parte significativa da retórica política atual a nível global questiona a universalidade dos direitos humanos, com especial gravidade no que respeita aos

direitos de minorias, entre as quais as pessoas migrantes, e que a sociedade portuguesa poderá não permanecer, a médio prazo, imune a tais influências.

Para contrariar e colmatar esta probabilidade e, ao mesmo tempo, fortalecer o conhecimento que a opinião pública tem dos temas do Desenvolvimento e da Cooperação Internacional, importa apostar na informação, sensibilização e consciencialização através do reforço de ações de Educação para o Desenvolvimento (ED), de campanhas de comunicação junto do público, para fomentar um debate público mais alargado, envolvendo a diversidade de *stakeholders* relevantes nesta área. Neste campo, as ONGD têm um papel extremamente relevante a desempenhar, como principais implementadoras de ED em Portugal, sendo fundamental priorizar a realização de ações junto do público, nomeadamente dos mais jovens e em escolas. Também fundamental é a aposta e o fortalecimento do trabalho de *advocacy* e influência política por parte da sociedade civil organizada, com vista a incentivar o diálogo e o debate com decisores e agentes públicos e políticos, mas igualmente com outros setores da sociedade. Este reforço propiciará a transparência e a disseminação de informação de qualidade por parte do governo, assim como a criação de oportunidades de participação e envolvimento do público, num diálogo estruturado e consequente para criação de confiança nas instituições do setor e para a melhoria das políticas públicas nesta área.

Para garantir o acesso a informação por parte da opinião pública, é determinante o papel dos jornalistas e dos meios de comunicação, como assinala o presente estudo. Considerando que a grande maioria das pessoas acede à informação através dos meios de comunicação, e em especial de espaços televisivos de informação, como o demonstram estudos realizados em outros países, os meios de comunicação têm um elevado poder de influência da opinião pública e devem ser priorizados, a par das organizações da sociedade civil, aquando da definição de estratégias de ação para a disseminação de informação e sensibilização. Devem ser melhoradas as condições para que estes atores possam realizar este trabalho, uma vez que contribuem para alargar o conhecimento e a compreensão da opinião pública sobre o setor, o que consequentemente terá impacto na sua perceção e na possibilidade de granjear mais apoio para a Cooperação com os países em desenvolvimento e para o aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

Também a opinião que o público tem da realidade dos países em desenvolvimento parece ter uma correlação com a dimensão do apoio que possa ser assumido.

O inquérito demonstra uma alteração da opinião pública, em comparação com o inquérito realizado em 2006, no sentido de uma maior associação com questões relacionadas com a “corrupção”, em detrimento da perceção de realidades centradas na ideia de “comunidade”. Esta alteração poderá prejudicar a perceção sobre estes países e contribuir para uma quebra da confiança no impacto da Cooperação. No entanto, o facto de haver uma repartição mais equilibrada das categorias de perceção do público revela-se positiva, pela diversidade de perspetivas que permite. Sobre esta matéria, nos estudos realizados em outros países doadores, a confiança nos atores do setor, a par do nível de preocupação com a dimensão dos problemas que os países em desenvolvimento enfrentam, tiveram um carácter determinante no grau de apoio manifestado pelo público relativamente ao aumento de medidas públicas para auxiliar esses países. Assim, considera-se mais uma vez fundamental o incremento da comunicação sobre os países e o impacto das ações de cooperação, nomeadamente por parte das ONGD, numa abordagem ética e promotora da dignidade humana que promova a confiança nos atores e projete a perspetiva dos países parceiros da Cooperação portuguesa.

O inquérito evidencia ainda um elevado reconhecimento público do papel das ONG(D) e de outros atores implementadores de ações de Cooperação para o Desenvolvimento, sendo secundarizado o papel do estado central, sendo um dado muito relevante que projeta o trabalho e reconhece o papel das ONG(D) nesta área. Os inquiridos expressam um forte apoio a projetos e ao envio de bens para os países em desenvolvimento, em detrimento da capacitação de recursos locais e perdão da dívida. A dificuldade na visibilização das mudanças provocadas pela realização de ações capacitadoras e emancipatórias, para a melhoria das condições de vida nos países parceiros da cooperação, pode provavelmente explicar estes resultados. Importa por isso, mais uma vez, apostar na comunicação ampla do trabalho realizado e do seu impacto e na interlocução com decisores e outros *stakeholders*, com vista a promover a mobilização da sociedade portuguesa em torno da Cooperação para o Desenvolvimento, reforçando assim o papel de Portugal no mundo e o seu compromisso com a solidariedade global.

Plataforma Portuguesa das ONGD

ANEXOS

QUESTÕES DO INQUÉRITO

OPINIÃO PÚBLICA EM PORTUGAL SOBRE A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Inquérito para avaliar o nível da opinião pública portuguesa sobre temas relacionados com a Cooperação para o Desenvolvimento. Uma iniciativa da Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP), em parceria com a Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro (UA) e o Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (CEsA) do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, com apoio financeiro do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

1. Sexo

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não responder

2. Naturalidade – País/município

3. Local de residência – Município

4. Idade e Grupo etário

Idade: _____

Grupo etário:

- 18-25
- 26-40
- 41-64
- 65+

5. Qual o último nível de escolaridade que frequentou?

- Nunca frequentei
- Básico
- Secundário
- Técnico-profissional
- Bacharelato
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

6. Qual a sua situação na profissional atual?

- Estudante
- Empregado por conta de outrem
- Empregado por conta própria
- Empresário
- Desempregado
- Reformado / pensionista / aposentado
- Outra. Qual? _____

7. Viveu ou tem familiares próximos que tenham vivido em África antes das independências?

- Sim
- Não
- Não sabe

8. Qual a importância que tem, para si, a cooperação para o desenvolvimento com países em desenvolvimento?

- Muito importante
- Importante
- Nada importante

9. Das seguintes definições escolha a que considera melhor corresponder a Cooperação para o Desenvolvimento:

- A. Apoio a um país menos desenvolvido sem pedir necessariamente alguma coisa em troca
- B. Apoio de emergência em situações de catástrofe
- C. Apoio às populações que vivem em permanente carência
- D. Relações comerciais com um país menos desenvolvido
- E. Outra. Qual? _____

10. Na sua opinião, quão importante é o contributo de Portugal para o combate às desigualdades nos países em desenvolvimento?

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Nada importante
- Não sei

11. Das causas da pobreza nos países em desenvolvimento que a seguir se apresentam indique as três que considera mais importantes.

- Comércio internacional
- Corrupção
- Desorganização
- Doenças
- Guerra
- Herança colonial
- Outra (s). Qual/Quais? _____

Não sei

12. Quais devem ser as principais motivações de Portugal, ao contribuir para o apoio aos países em desenvolvimento? Indicar até 3 motivações.

- Apoiar as populações mais vulneráveis
- Atenuar a emigração para os países mais ricos
- Contribuir para a estabilidade a nível mundial
- Contribuir para tornar essas economias mais prósperas
- Prevenir o terrorismo
- Promover a democracia e o Estado de Direito
- Promover a provisão de bens públicos (saúde, educação, ambiente...)
- Outra. Qual? _____
- Não sei

13. Como avalia a disponibilização de recursos financeiros por parte do Estado português .

- Demasiados
- Adequados
- Insuficientes
- Não sei

14. Escolha três aspetos que lhe ocorrem quando se fala dos PALOP:

- Comunidade
- Corrupção
- Guerra
- Imigração
- Música
- Projetos
- Pobreza
- Outros. Quais? _____

15. Avalie as seguintes modalidades de apoio aos países em desenvolvimento quanto ao combate da pobreza e das desigualdades.

Modalidades de combate à pobreza e às desigualdades	Nível de eficácia					
	Nada eficaz 1	Pouco eficaz 2	Eficaz 3	Bastante eficaz 4	Muito eficaz 5	Não sabe
Capacitação de recursos humanos locais						
Perdão da dívida dos Estados						
Envio de bens de primeira necessidade						
Apoio a projetos de desenvolvimento						
Reforço das instituições locais						
Investimento em empresas privadas						
Envio de técnicos						

16. Avalie a eficácia na implementação da cooperação para o desenvolvimento das seguintes organizações portuguesas.

Entidades de combate à pobreza e às desigualdades	Nível de eficácia					
	Nada eficaz 1	Pouco eficaz 2	Eficaz 3	Bastante eficaz 4	Muito eficaz 5	Não sabe
Associações de desenvolvimento local						
Câmaras municipais						
Empresas						
Fundações						
Governo através dos Ministérios						
ONG (Organizações Não Governamentais)						
Organizações religiosas						

17. Avalie a prioridade dos contributos de Portugal para a União Europeia, no domínio da Cooperação para o Desenvolvimento?

Contributo de Portugal na União Europeia	Nível de prioridade					
	Nada prioritário 1	Pouco prioritário 2	Prioritário 3	Bastante prioritário 4	Muito prioritário 5	Não sabe
Contribuição financeira para as instituições europeias de Cooperação						
Recursos humanos, para implementação de projetos da iniciativa da UE						
Influência na definição da política europeia de Cooperação						
Avaliação dos programas da UE						
Programas de acolhimento de estudantes em todos os níveis de ensino						
Operações de Paz						

18. Acha que pode contribuir pessoalmente para a melhoria da situação das populações dos países menos desenvolvidos?

- Sim
- Não

19. Se sim, indique três formas por ordem de preferência como gostaria de o fazer.

- Colaborando com uma organização ou um projeto desses países
- Contribuindo com trabalho gratuito em Portugal
- Contribuindo com trabalho gratuito num desses países
- Contribuindo financeiramente para uma instituição religiosa
- Contribuindo financeiramente para uma ONG
- Indicando ao Estado que reserve parte dos seus impostos para a cooperação
- Outra. Qual? _____

20. Se já contribuiu e deixou de contribuir, indique as razões por que o deixou de fazer:

- Porque era uma contribuição pontual
- Porque deixou de acreditar
- Porque deixou de ter condições para o fazer
- Outra. Qual? _____

21. Quais são suas expectativas para o futuro da cooperação para o desenvolvimento, considerando o estado atual do mundo? (até 3 linhas)

FINANCIADOR



PARCERIA

